



REDD para Pioneiros / Pioneiros REDD

PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) MATO GROSSO

RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA
JULHO 2019 – JUNHO 2020

Julho 2020

Sumário

1.	Resumo executivo	10
2.	Antecedentes e Contexto Institucional	11
2.1	Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa	11
3.	Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa	12
3.1	Termos de Doação de bens adquiridos	15
3.2	Chamadas de Projetos	15
3.3	Plano de Trabalho	16
3.4	Missão de Monitoramento	16
3.5	Planejamento Estratégico	17
3.6	Comunicação	18
3.7	Consultoria Internacional	18
3.8	PCI	19
3.9	MOP	20
4.	EXECUÇÃO DOS SUBPROGRAMAS	21
4.1	Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais	21
4.2	Subprograma 2 – Territórios Indígenas	27
4.2.1	A Pandemia como fator de risco ao Subprograma	30
4.2.2	Desafios do Subprograma Territórios Indígenas	31
4.3	Subprograma 3 - Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis	32
4.4	Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes	41
5.	Resultados e impactos alcançados	44
5.1	Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+	44
5.2	Contabilidade do Carbono Florestal	44
5.3	Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC)	44
5.4	Conselho Gestor de REDD+	45
5.5	Programa REM-MT	45
5.6	Avanços / mudanças na implementação da ENREDD+	46
6.	Cronograma físico e de desembolsos	48
7.	Temas Transversais ao Programa	49
7.1	Sistema de Gestão de Riscos sociais e ambientais e Salvaguardas	49
7.2	Ouvidoria	49
7.3	Aspectos de gênero	50
7.4	Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)	50

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

8. Prioridades para Próximo Período de Implementação	51
Anexos	53
Quadro de Contatos	54

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BEIS – Department for Business, Energy and Industrial Strategy
BPMPA/MT - Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental
CEGREM – Comitê Estratégico de Gestão do Programa REM em Mato Grosso
CI – Consultoria Internacional (GOPA)
CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso
CMCR+/SEMA/MT - Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+
COP – UNCCD - Conference of the Parties
CREM MT – Coordenação do Programa REM Mato Grosso
DPL – Development Policy Loan
EMPAER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso
ERB – Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa REM
FMMC – Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FEPOIMT – Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso
GIZ - Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GREM – Gerência do Programa REM – FUNBIO
ICV – Instituto Centro de Vida
IDH - *Initiatief voor Duurzame Handel*
The Sustainable Trade Initiative
Iniciativa para um Comércio Sustentável
IMAC – Instituto Mato Grossense da Carne
KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOP – Manual Operacional do Projeto
MPE/MT Ministério Público do Estado de Mato Grosso
MT – Mato Grosso
N.O. – Não Objeção
PCI – Estratégia Produzir, Conservar e Incluir
PDI – Plano de Investimento
PPCDIF/MT – Plano de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais
REDD – Reduced Emissions from Deforestation and Degradation
SAD – Sistema de Alerta de Desmatamento
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEDEC - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (
SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SESP/MT - Secretaria de Estado de Segurança Pública
SGRSA – Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais
TdR – Termo de Referência
UPPE/SEMA - Unidade de Programas e Projetos/SEMA –MT

Lista de Figuras

Gráfico 1: Execução Setembro 2019	9
Gráfico 2: Execução Junho 2020	10
Gráfico 3: Execução Março 2019 – Maio 2020	11
Gráfico 4: Execução Financeira por Eixo do Subprograma AFPCT - Junho 2020	18
Gráfico 5.1 e 5.2: Execução Financeira por Bioma	19
Gráfico 6: Execução prevista do 1o PDI do Subprograma TI	24
Gráfico 7: Gráfico da Execução Financeira do 1o PDI do Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis	29
Gráfico 8: Reestruturação do primeiro PDI no eixo soja responsável. Onde: A. ATER; B. Capacitação de técnicos; C. Adequação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR); D. Seminários e Workshops; E. Rede de Sementes; F. Editais; G. Apoio a Certificação e H. Difusão de Tecnologias (inovação)	34
Gráfico 9: Execução Financeira do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes	37
Tabela 1: Síntese da Nova Matriz Lógica do Subprograma AFPCT	17
Tabela 2: Percentuais e Limites previstos na ERB	19
Tabela 3: Síntese da Nova Matriz Lógica do Subprograma Territórios Indígenas	23
Tabela 4: Síntese da Matriz Lógica Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis	28
Tabela 5: Síntese da Matriz Lógica do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes	36
Tabela 6: Desembolsos Realizados	43
Figura 1: Primeira oficina estadual com representantes de todos os Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Mato Grosso Primeira oficina estadual com representantes de todos os povos e comunidades tradicionais do Estado de Mato Grosso	20
Figura 2: Participantes da Capacitação online sobre Regularização ambiental para técnicos da EMPAER	32
Figura 3: Demais participantes da Capacitação online sobre Regularização ambiental para técnicos da EMPAER	32

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

Título do Programa: REDD <i>for Early Movers</i> Mato Grosso	
Instituição responsável: FUNBIO / Parceria executiva SEMA-MT	
Gerente do Programa (FUNBIO): João Ferraz Fernandes de Mello Telefone: (21) 2123-5324 E-mail: joao.mello@funbio.org.br	
Coordenadora do Programa (GCP - REM): Lígia Vendramin E-mail: ligiavendramin@sema.mt.gov.br	
Período de abrangência do relatório: De 01/07/2019 a 30/06/2020	Data de envio do relatório: 31/07/2020 Versão final:

1. Resumo executivo

O presente relatório aborda o período de 01.07.2019 a 30.06.2020. Como apresentado em nosso último relatório semestral, houve o aumento significativo da execução financeira no período, porém ainda não apresentando uma linha estável mas com picos de execução, geralmente associados aos pagamentos dos maiores contratos. Como boa parte do planejamento do 1º PDI encontra-se no Subprograma de Fortalecimento Institucional, com muitas aquisições de bens, houve a necessidade de se agilizar o processo de doação. Para tal, o FUNBIO desenvolveu em seu sistema de controle a indicação do donatário e do beneficiário do bem, no momento da solicitação.

Além das aquisições realizadas no segundo semestre de 2019, foram realizadas contratações relevantes, como os serviços de sensoriamento remoto por meio da plataforma Planet; a contratação da empresa de consultoria internacional GOPA; o aluguel de viaturas para apoio no combate ao desmatamento e apoio nas ações da EMPAER; contratação de empresa para remoção de maquinários utilizados na abertura de novas áreas com a derrubada da floresta; a assinatura do primeiro contrato de apoio à FEPOIMT, em parceria com o ICV. Representando bem o consistente avanço do Programa REM MT, pode ser citado o lançamento das duas primeiras chamadas dos subprogramas de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais e Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis, o recebimento das 2^{as} parcelas do BEIS e do KfW, o ciclo de planejamento do 2º PDI, a missão de monitoramento, realizada de maneira virtual em função da pandemia do vírus COVID-19, bem como a elaboração do cronograma para solicitação do 3º desembolso.

Também foi dada continuidade na construção e consolidação da governança do Subprograma Territórios Indígenas, na construção da estratégia de execução do programa e na consolidação do MOP, sua subsequente aprovação pelo KfW e sua atualização que está em curso.

Outra conquista relevante foi a operacionalização do Mecanismo de Pequenos Gastos, por meio de Compras e Contratações Locais e Contratação de Serviços de Autônomos que facilitou as aquisições de pequena monta que não estavam previstas, serviços de baixo valor agregado. O desenvolvimento da ferramenta de cartões para custos correntes do Programa REM MT, como os cartões Combustível, Manutenção, Despesas Locais (pré-pago) e Alimentação (este último em processo de operacionalização, com previsão de início de execução em agosto de 2020) também trouxeram agilidade mantendo a transparência e rastreabilidade necessária para a segurança da execução. Consolidando os dois PDIs, há uma previsão de execução por meio desses cartões de aproximadamente **R\$ 6.621.198,65**.

Para o segundo semestre de 2020 há a previsão do início da execução dos projetos apoiados, no âmbito das chamadas 03.2020 e 08.2020, bem como a continuidade dos serviços de monitoramento remoto e ações de apoio da ATER. O grande desafio que se apresenta é como executar o Programa REM MT e esses projetos de apoio, junto a povos e comunidades tradicionais, em meio ao cenário de pandemia da SARS COV 2 (COVID-19), principalmente, junto às populações indígenas.

Importante ressaltar que, de modo a proteger a saúde dessas populações, a publicação da Chamada para o subprograma Indígena encontra-se suspensa temporariamente, com as equipes do FUNBIO e

do GCP REM MT dando todo o apoio e suporte no planejamento de ações emergenciais para os povos indígenas no estado de Mato Grosso.

2. Antecedentes e Contexto Institucional

Retomamos os antecedentes apresentados no relatório anterior (junho/2019 a dezembro/2019). Assim, sinteticamente, apontamos as seguintes questões relevantes no contexto institucional:

- a) Alteração no comando da Casa Civil, na Superintendência de Assuntos Indígenas. Saída do Sr. Soilo Urupe Chue, indígena da etnia Chiquitano, com forte impacto na condução do subprograma Territórios Indígenas. O novo responsável não é indígena e prioriza o atendimento a grupos indígenas que se dedicam à agricultura convencional gerando conflitos na cooperação com o REM que beneficia, principalmente, povos indígenas que praticam uma economia sustentável que protege a floresta em pé;
- b) Aproximação exitosa e alinhamento do subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF;
- c) A Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – EMPAER, ameaçada de extinção, manteve-se estável e parceira do Programa REM;
- d) Com a colaboração da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, o subprograma Territórios Indígenas pode contar com uma servidora pública que assumisse as funções da coordenação do subprograma, dando mais autonomia ao andamento do subprograma;
- e) Dada à repercussão do aumento dos incêndios florestais em 2019, o combate aos incêndios e desmatamentos passou a ter maior destaque na agenda governamental.
- f) Participação de comissão do Governo de Mato Grosso na Semana do Clima em Nova York, quando a coordenação do Programa REM esteve presente representada pelo seu Vice-coordenador Sr. Fernando Sampaio, nas companhias do Secretário da Casa Civil, Sr. Mauro Carvalho, da Secretária de Meio Ambiente, Sra Mauren Lazzaretti e assessorias superiores. O Governo de Mato Grosso teve importante participação em eventos internacionais relacionados ao clima, como a *Cumbre Climática de las Americas*, realizada em Rosario, na Argentina no âmbito da coalizão *Under2*;
- g) Participação dos principais parceiros do REM (SEMA e FUNBIO) na COP 25 em Madri, em dezembro de 2019.

O ano de 2020 tem sido atípico em virtude da pandemia que chegou ao Brasil e mais especificamente a Mato Grosso no início do mês de março. Diversas atividades e rotinas dos parceiros do Programa REM MT, consideradas não essenciais, foram interrompidas obrigando ao Grupo de Coordenação do Programa REM, o FUNBIO e a Consultoria Internacional a adotar o sistema de trabalho remoto. Apesar das dificuldades de manter a integridade do Programa REM MT e o alcance dos resultados pretendidos num contexto de isolamento social, as atividades não pararam, respeitando os limites que essa nova condição impôs a todos.

2.1 Auto Avaliação da Gestão e Governança do Programa

O início da execução financeira e operacional registrada neste segundo relatório trouxe diversos desafios. Os fluxos de comunicação ainda incipientes, e em construção contínua, vêm sendo trabalhados de modo a dar maior fluidez às informações relevantes do Programa REM MT. A chegada da Consultoria Internacional colaborou de maneira positiva ao compor, junto com o FUNBIO e o GCP REM MT, o núcleo de operacionalização do Programa REM MT.

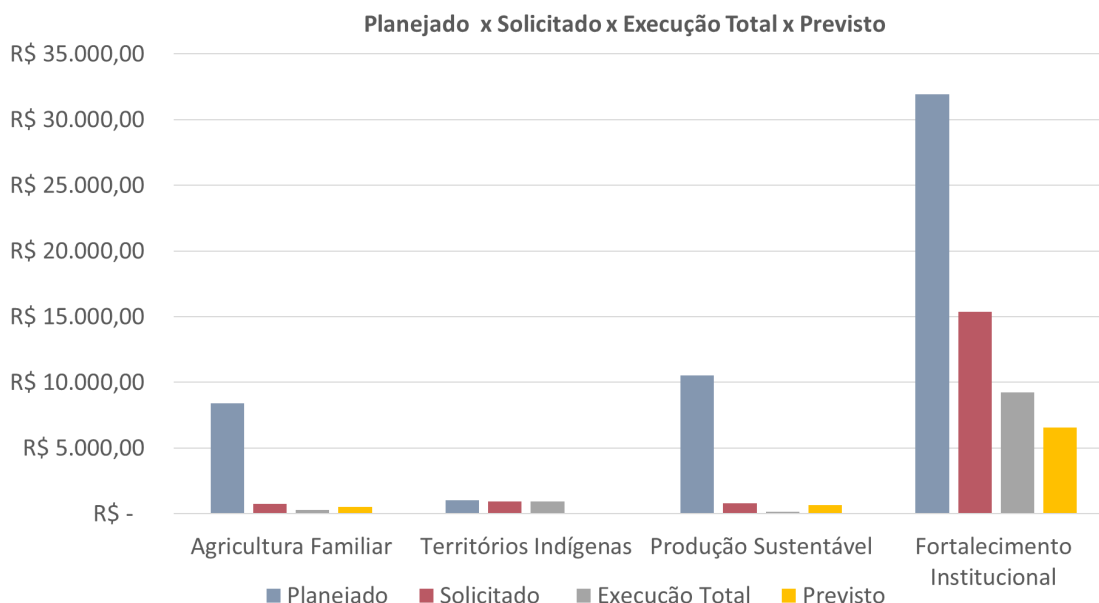
Devido à pandemia, o CEGREM não realizou reuniões estando inoperante há cerca de 4 meses, porém há a previsão de retomada das reuniões quando da normalização da situação de saúde.

3. Principais Avanços e Desafios na Implementação do Programa

Como planejado pelo Grupo de Coordenação, o 1º PDI priorizou as aquisições de bens para o fortalecimento institucional das instituições estatais envolvidas no Programa REM MT. Em agosto, com a chegada da nova equipe do FUNBIO e a realização de visitas periódicas ao estado, o FUNBIO conseguiu resolver a maior parte do passivo das aquisições. Em setembro de 2019, um mês após a chegada da nova equipe da gerência, a execução financeira total do 1º PDI era de 20%, frente ao que havia sido planejado para o 1º PDI, ou seja, haviam sido **planejados R\$ 51.875.996** entre bens e contratações, destes insumos foram **solicitados R\$ 17.788.560**, e **executados um total de R\$ 10.586.603** e com um **previsto R\$ 7.723.365** (gráfico 1).

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

GRÁFICO 1: EXECUÇÃO SETEMBRO 2019¹



Em junho deste ano a execução atingiu 43% do planejado para o 1º PDI. Verifica-se, no entanto, que houve uma queda significativa nas solicitações de bens e serviços pela equipe do GCP REM MT e demais subexecutoras. Desde janeiro a diminuição da demanda foi observada e, de forma a subsidiar a equipe de Cuiabá, o FUNBIO promoveu uma nova capacitação para elaboração de Termos de Referência e Especificações Técnicas. Tal capacitação contou com a participação de todos os coordenadores bem como de alguns pontos focais.

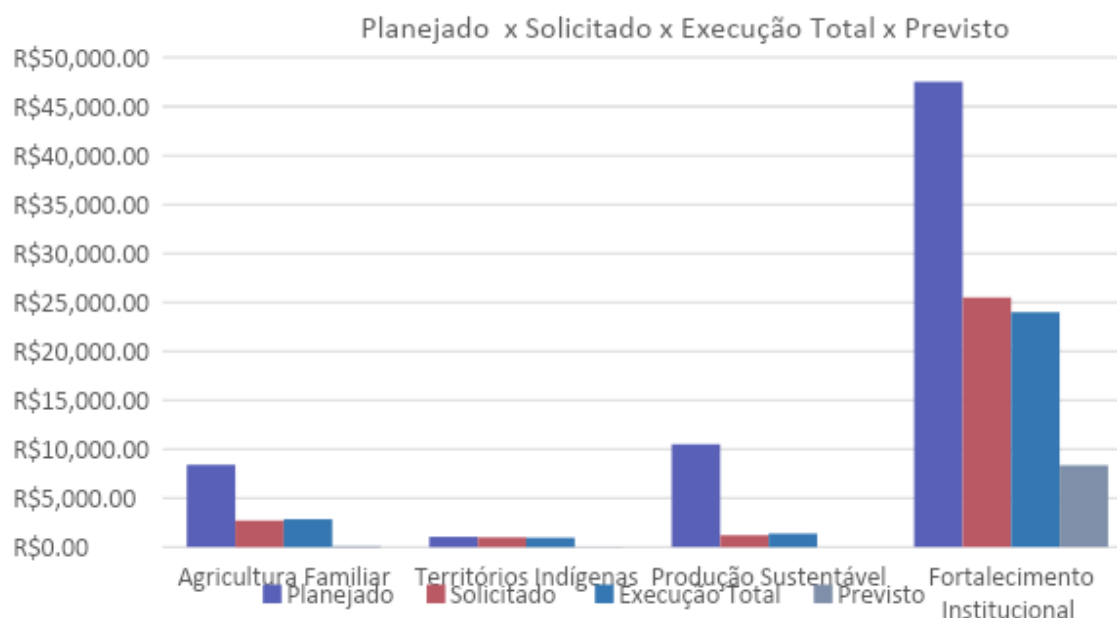
Neste período, a equipe da gerência também cresceu de modo a melhor contribuir com o aumento da demanda previsto com a execução de 2 PDIs simultâneos. Assim, a Analista de Projeto Mary Teixeira passou a apoiar na execução do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes, a Assistente de Projetos Mariana Galvão, ficou responsável pelo apoio aos Subprogramas Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais e o Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis, enquanto o Analista de Projeto Dante Novaes contribuiu para a execução do Subprograma Territórios Indígenas. A equipe é liderada pelo gerente de projetos João Mello sob coordenação da coordenadora Ilana Oliveira.

As oficinas de capacitação não puderam ser presenciais, devido ao cenário de pandemia, mas contaram com toda a equipe do FUNBIO envolvida nos processos de contratação e aquisição como, Compras, Contratos e Financeiro, além da Gerência. De modo a oferecer ainda mais subsídios para a

¹ **Valor Planejado** >> Valor do planejamento do 1º PDI que está inserido no Cérebro já considerando os remanejamentos
Valor Solicitado >> Considerado o total de solicitações nos status: Aguardando Aprovação, Aprovado, Em Compras, Pago Parcialmente e Pago, realizadas no sistema até a data de corte do relatório;
Execução >> Considerado o total de despesas pagas até a data de corte do relatório;
Comprometido >> Considerada todas as solicitações fechadas com fornecedores, e que ainda não foram pagas;
Execução Total >> É o somatório das despesas efetivamente pagas com o total do comprometido;
Previsto >> Considerado o total de solicitações que ainda estão no processo de seleção e cotação, os valores podem sofrer alterações para mais ou para menos.

elaboração dos documentos necessários para a contratação, o FUNBIO irá desenvolver, neste segundo semestre de 2020, vídeos tutoriais, de modo a dirimir as dúvidas que, por acaso, persistam.

GRÁFICO 2: EXECUÇÃO JUNHO 2020



De modo a subsidiar o GCP REM MT e a Consultoria Internacional na revisão da estratégia de execução do Programa REM MT, o FUNBIO encaminhou em março de 2020 as informações referentes aos saldos das aquisições e contratações previstas no 1º PDI para avaliação das adequações frente ao Plano de Trabalho desenvolvido no primeiro semestre de 2020. O GCP REM MT está avaliando as alternativas e adequações junto aos subexecutores.

No gráfico abaixo, observa-se que a tendência de estabilização apresentada na missão de monitoramento realizada em março de 2020 não se concretizou. No primeiro trimestre deste ano, observou-se a queda na demanda (solicitações) por parte do GCP REM MT e, portanto, houve queda na execução no primeiro semestre de 2020.

Três aspectos podem justificar tal diminuição:

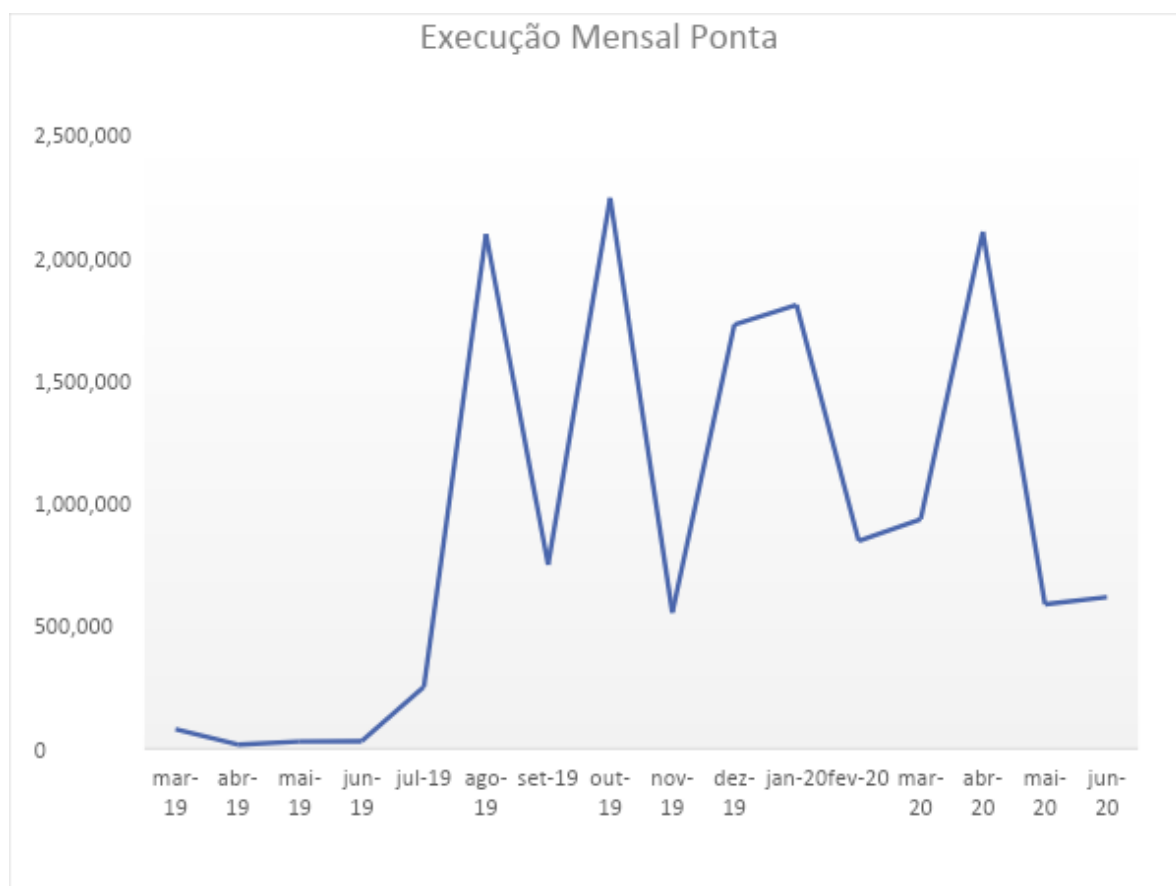
i) O primeiro foi que neste semestre os maiores esforços foram direcionados pela equipe do GCP REM MT e da CI para a revisão do Plano de Trabalho e Matriz Lógica;

ii) A preparação para o lançamento das Chamadas de Projetos e elaboração de Termos de Referência de Consultorias e Serviços, que tem o comprometimento e execução dos recursos em médio-longo prazo (> 6 meses); Os bons resultados das duas Chamadas de Projetos lançadas (total de 94 propostas) e a formalização de diversos contratos apontam para um aumento da execução financeira no segundo semestre;

iii) Por último, mas não menos importante, a chegada da pandemia da COVID-19, em meados de março, que paralisou todas as ações previstas em campo. A falta de articulação entre as esferas de

governo culminou com o pior cenário possível, com a determinação de *lockdown* em Cuiabá e diversas cidades do Estado de Mato Grosso.

GRÁFICO 3: EXECUÇÃO MARÇO 2019 – MAIO 2020



3.1 Termos de Doação de bens adquiridos

Como descrito no último relatório semestral, a chegada dos bens e as normas infralegais do Estado de Mato Grosso careciam de um fluxo de doação mais ágil culminando com salas lotadas de bens aguardando suas doações. Diante do fato, FUNBIO e GCP REM MT se debruçaram sobre o assunto de modo a agilizar os processos internos de cada instituição. O segundo passo para solucionar essa demanda foi o desenvolvimento, pelo FUNBIO, de uma funcionalidade em seu sistema de controle operacional e financeiro (Cérebro 2.0) para definição, no momento da solicitação do bem, dos respectivos donatário e beneficiário do bem adquirido.

3.2 Chamadas de Projetos

Em referência ao último relatório semestral, quando foi relatada a etapa de elaboração dos documentos das chamadas de projetos, o ano de 2020 foi marcado pelo lançamento das chamadas 03.2020 e 08.2020, para os subprogramas de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais e Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis, respectivamente. Apesar do cenário de pandemia, a Chamada 03.2020 recebeu 63 propostas de projeto e a chamada 08.2020 recebeu 32 propostas. Tal fato pode ser considerado um sucesso. Ambas as chamadas estão em processo de avaliação pelos respectivos Comitês Técnicos, com previsão de início da execução dos projetos neste segundo semestre de 2020.

Para a Chamada 03.2020 Foram previstos inicialmente R\$ 10.000.000,00. Porém, com o grande volume de propostas recebidas (63), o GCP REM MT avalia a possibilidade de se aumentar o valor a ser comprometido. Para a Chamada 08.2020 há a previsão de R\$ 8.500.000,00, com 32 propostas de projetos recebidas.

3.3. Plano de Trabalho

Após a realização da oficina de planejamento estratégico em outubro de 2019, a necessidade de refino no planejamento técnico do programa foi evidenciada. Talvez um dos resultados mais salutar ao programa foi a percepção que existem duas formas de acompanhamento, uma financeira e outra operacional, ou física. Deste modo seria preciso que a construção refletisse, mesmo que minimamente, a estrutura financeira, principalmente, em função do documento norteador do Programa que é a Estratégia de Repartição de Benefícios (ERB), onde são definidos os percentuais de investimentos.

Em novembro e dezembro de 2019, com a chegada da Consultoria Internacional, foi iniciada a análise do primeiro PDI, aprovado e em execução desde o início do Programa. A Consultoria Internacional então constatou que havia necessidade de alinhar os PDIs ao novo Plano de Trabalho, propondo uma nova lógica para o planejamento e a execução do Programa REM MT.

Nesse sentido foi feito em abril de 2020, entre a CI e a Coordenação do REM MT, uma revisão do PDI 2, que já fora aprovado pelo KfW. GCP REM MT justifica tais alterações como necessárias, em função da nova lógica desenvolvida. De modo a não se perder todo o controle financeiro das ações e gastos já realizados, auditados e aprovados pelo KfW, o FUNBIO solicitou, em maio de 2020, aos Coordenadores dos Subprogramas e à CI uma compatibilização entre PDI 1 e PDI 2, de acordo com a nova Matriz Lógica e Plano de Trabalho, visando o lançamento de Linhas de Ação, Atividades, Subatividades e Tarefas ao Centro de Custos do Sistema Cérebro. O respectivo exercício foi efetuado nos meses de maio e junho, com planilhas finais de compatibilização por Subprograma, elaboradas pelo FUNBIO.

Importante ressaltar que na nova estrutura, proposta pelo GCP REM MT e pela CI, eixos previstos e aprovados, bem como ações, tarefas e sub-tarefas foram alterados impondo à equipe do GCP REM MT, da CI e do FUNBIO uma análise aprofundada sobre a nova proposta de percentuais bem como o mapeamento das correlações entre os investimentos realizados no 1º PDI e os planejados para o 2º PDI. A previsão para a conclusão desse trabalho está para o segundo semestre deste ano.

3.4 Missão de Monitoramento

A missão do KFW estava programada para ser realizada na segunda quinzena do mês de março, justamente no momento em que a pandemia obrigou a mudanças de comportamento de toda a sociedade, o que fez com que a missão acontecesse de forma virtual com o Grupo de Coordenação do Programa, FUNBIO, Consultoria Internacional e GIZ.

Tal fato resultou em um esforço mútuo dos parceiros para a sua realização, frente a essa nova realidade. O simples fato de sua realização por si já poderia ser considerado um sucesso, porém os avanços nas formas de relação entre parceiros e desenvolvimento de técnicas e estruturação para manter todos os fluxos de pagamentos, elaborações de contrato, assinaturas digitais e segurança da informação foram um salto técnico espetacular.

A realização da Missão de Monitoramento, mesmo de forma remota, é um marco relevante para o Programa REM MT e permitiu:

- a) Apresentar os resultados de combate ao desmatamento no Estado de Mato Grosso;
- b) Alinhamento entre a Coordenação Geral e Subprogramas, secretariado da SEMA, beneficiários, FUNBIO e KFW;
- c) Atualização sobre a execução das atividades planejadas para o período;
- d) Detalhar o desenvolvimento de cada Subprograma;
- e) Avaliar a cooperação entre gestão técnica e gestão financeira;
- f) Tematizar a integração da CI ao Programa REM MT;
- g) Contextualizar o Programa REM MT dentro dos níveis estadual, regional (Amazônia) e nacional;
- h) Construir perspectivas futuras para o Programa REM MT.

3.5 Planejamento Estratégico

Dois importantes serviços contratados foram as consultorias para as oficinas de planejamento estratégico, realizado entre 15 a 17 de outubro de 2019, e a Oficina MEL, realizada 04 e 05 de novembro. Essas oficinas deram a base para repensar a organização do programa a partir de estratégias de execução, bem como identificar os caminhos de construção do monitoramento e avaliação, tendo em vista as diferentes organizações, atores e resultados que compõem o conjunto dos subprogramas.

A terceira contratação muito importante para estruturação do Programa REM MT foi a da empresa de Consultoria Internacional, GOPA, que proporcionou o aprofundamento e detalhamento tanto do planejamento estratégico quanto do monitoramento, avaliação e aprendizados do programa.

Com maior apoio técnico, o Grupo de Coordenação REM MT realizou no primeiro semestre de 2020:

- a) Revisão do Planejamento Estratégico
- b) Revisão do Árvore de Problemas e da Matriz Lógica do Programa (Anexo 1)
- c) Explicitação dos resultados pretendidos, bem como a identificação do sistema de indicadores de resultados do programa/por subprograma;

- d) Construção do Plano de Trabalho (Anexo 2)
- e) Elaboração/revisão do segundo PDI
- f) Elaboração do MEL – anexo 3.

3.6 Comunicação

A comunicação sempre se revelou um ponto sensível para o Programa REM MT, desenvolvido para alcançar diferentes públicos, com distintos interesses e linguagens, o que impõe uma qualidade técnica comunicacional específica. Em função do caráter técnico da equipe, tanto do GCP REM MT quanto do FUNBIO, o uso de conceitos e linguagem técnica dificulta a transmissão da mensagem. Desse modo, foram organizadas 04 ações importantes para sanar essa dificuldade:

- a) Alocação, para a equipe do subprograma Fortalecimento Institucional, de um servidor público de carreira (Gestor Governamental) para atender as demandas de comunicação interna (organização do sistema de gestão do programa, associando o controle da execução financeira, feita pelo Sistema Cérebro/FUNBIO, à gestão de processos e resultados feita pela plataforma GPWEB);
- b) Manutenção da vaga da estagiária de comunicação, com a tarefa de elaborar boletins informativos para os executores do programa;
- c) Contratação pela GOPA de uma consultoria de comunicação para construção do Plano de Comunicação, iniciado em junho de 2020;
- d) Contratação de serviços para construção do site do programa, previsto para ser entregue na sua versão final em agosto de 2020.

3.7 Consultoria Internacional

A presença da Consultoria Internacional – CI tem sido bastante profícua para andamento e estruturação de documentos e fluxos importantes para o bom andamento do Programa REM MT, aprimorando a gestão do Programa. Nesse primeiro semestre de serviços prestados, a CI, além do trabalho rotineiro de assessorar os quatro Subprogramas e a coordenação do Programa, focou na elaboração dos seguintes produtos:

- revisão/atualização da Estrutura do Programa / Matriz Lógica (ML)
- atualização do Plano de Trabalho (PdT) e a sua adaptação à nova Matriz Lógica
- adaptação do segundo Plano de Investimentos (PDI) ao PdT e ML novos
- atualização/reestruturação do Manual Operacional (MOP) do Programa
- elaboração de minuta e, posteriormente, versão consolidada do *Monitoring, Evaluation and Learning Plan* (MEL).

Cabe destacar que a realização destes trabalhos, após a oficina de planejamento e um ano de execução do Programa, que se caracterizava por uma ampla e intensa participação de toda a equipe de coordenação do Programa, trouxe amadurecimento necessário para revisar a proposta inicial e

realizar ajustes para maior coerência e fluidez do Programa, como se pode observar com maior clareza na Matriz Lógica Revisada (Anexo 1). O Programa também aproveitou a experiência dos peritos com procedimentos da cooperação internacional, especialmente financeira e alemã (KfW), com a implementação do Programa REM no Acre e com o trabalho com povos tradicionais e indígenas.

3.8 PCI

A institucionalização da Estratégia PCI (Produzir, Conservar e Incluir) já era uma ação prevista no programa REM MT e uma prioridade para do Comitê Estadual da Estratégia PCI, criado em 2016. Em 2019, a nova gestão no governo do Estado de Mato Grosso determinou que a Estratégia PCI será implementada em parceria com entidade privada, denominada Instituto PCI. O Decreto nº 46/2019 de 27 de fevereiro de 2019 aponta o Instituto PCI como responsável por:

I - Viabilizar, coordenar e articular ações entre os múltiplos atores provenientes da atividade econômica, institucional e/ou acadêmica, conectados, direta ou indiretamente, com as finalidades da Estratégia PCI;

II - Fomentar, recomendar e executar Políticas Públicas, ações, programas e medidas que contribuam para os objetivos da Estratégia PCI;

III - Identificar oportunidades de captação de recursos financeiros junto a doadores e investidores públicos e privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - Gerir e monitorar programas, projetos e seus recursos no âmbito da Estratégia PCI, por si ou por colaboração com outras instituições públicas ou privadas;

V - Desenvolver padrões, indicadores e procedimentos de gestão, geração e produção sustentável de ativos ambientais, certificação, por meio de plataformas, bancos de dados ou registros físicos ou eletrônicos, visando a transparência, rastreabilidade e compliance.

A criação do Instituto PCI é apontada pelo Banco Mundial como uma das ações prévias no projeto de DPL (Development Policy Loan), acordado com o Governo do Estado de Mato Grosso.

O Instituto foi fundado em 15 de março 2019 e foram definidas a governança, regimento interno e comitês de investimentos e monitoramento.

Um Plano de Ação foi construído para direcionar o trabalho do Instituto, e apresentado em dezembro de 2019 aos membros do Comitê Estadual, incluindo as Secretarias que o compõem, e a Coordenação do REM. Este plano inclui:

- ✓ Geração de pipelines e modelos de investimento
- ✓ Mapeamento de financiadores e road show
- ✓ Atração de empresas
- ✓ Atualização do balanço de metas
- ✓ Revisão das metas e ações prioritárias do planejamento estratégico
- ✓ Estratégia de comunicação

Com o apoio do Programa REM, está sendo contratada, com co-financiamento da Tropical Forest Alliance, a consultoria para desenvolver o pipeline de investimentos para Mato Grosso. O objetivo

geral da consultoria – a ser realizada através de um esforço conjunto e coeso com o Instituto PCI e a Coordenação do Programa REM no Estado de Mato Grosso - é fazer uma análise econômica da Estratégia PCI no estado, que apresente:

- ✓ Levantamento dos investimentos públicos e privados já realizados para implantação da estratégia PCI desde seu lançamento 2015-2020;
- ✓ Estimativa de custos ainda necessários à implantação de todas as metas nos prazos estabelecidos e,
- ✓ Elaboração de novos arranjos financeiros combinando as necessidades de investimento para cumprimento de todas as metas PCI e possíveis financiadores públicos e privados, elos das cadeias produtivas, considerando o fluxo de capitais disponíveis.

Ao mesmo tempo, o Instituto PCI tem trabalhado ativamente na construção de parcerias privadas que possam alavancar o desenvolvimento sustentável do estado.

Entre estas parcerias destacam:

- ✓ Um projeto captado com o Soft Commodities Forum, entidade que reúne *traders* da cadeia da soja com o objetivo de expandir a produção de soja responsável em municípios com pressão de desmatamento;
- ✓ Parceria com a Bayer para agricultura de baixo carbono em Mato Grosso, com recursos privados para aquisição de créditos de redução de emissões nas propriedades beneficiárias;
- ✓ Iniciativa com a Marfrig, membro fundador da PCI, para a construção de cadeias livres de desmatamento na pecuária e totalmente rastreadas. Este projeto inicia-se com uma parceria co-financiada pela IDH e Carrefour, no vale do Juruena em Mato Grosso, onde espera-se também conectar beneficiários do REM;
- ✓ A construção com IMAC e MPF de um protocolo para reinserção de pecuaristas embargados mediante reparação de danos ambientais;
- ✓ Captação de investimentos do fundo Andgreen para iniciativas produtivas e de impacto ambiental em Mato Grosso;

3.9 MOP

O Manual Operacional do Programa REM MT foi elaborado ao longo do ano de 2018 tendo sido aprovado no primeiro semestre de 2019. Após um ano e meio de execução, com as mudanças institucionais que aconteceram e com as experiências e lições aprendidas de todos os atores do Programa, mostrou-se necessário uma adaptação do MOP. A CI elaborou uma nova versão que foi revisada pelo GCP REM e está sendo novamente adequada pela CI. Depois, será atualizada e complementada pelo FUNBIO, acrescentando também os novos procedimentos administrativos e operacionais. A versão definitiva está prevista pelo mês de agosto.

4. EXECUÇÃO DOS SUBPROGRAMAS

A execução dos subprogramas tem ritmos diferentes, e isso se explica por fatores que dizem respeito ao escopo dos subprogramas, cada um pensando a partir de dinâmicas de envolvimento de atores e tomadas de decisão muito diferentes. Poderíamos dizer que três fatores interferem no ritmo e dinâmica da execução dos subprogramas:

- a) Número de atores envolvidos na execução do subprograma
- b) Tipos dos mecanismos de tomada de decisão: caráter mais técnico com decisões centradas no interior da própria coordenação ou caráter mais político, quando envolver diferentes atores na tomada de decisão, para além daqueles envolvidos na coordenação do subprograma
- c) Público-alvo: se beneficiários diretos ou organizações que fazem a intermediação entre a coordenação do programa e beneficiários finais.

O trabalho da consultoria GOPA, como foi indicado no item 3.7, permitiu revisitar o planejamento estratégico e, construir um sistema de resultados e indicadores que vão servir como diretrizes estratégicas para orientar a execução dos subprogramas. Desse modo, apresentamos os avanços realizados no período de julho de 2019 a julho de 2020 em cada subprograma e os resultados pactuados entre a equipe GCP REM MT/FUNBIO/GOPA/KFW.

4.1 Subprograma 1 – Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais

De maneira a melhor compreender a estrutura do Subprograma, a partir dos instrumentos e ferramentas de monitoramento elaborados ao longo do primeiro semestre, sistematizamos os indicadores que serão monitorados para verificação dos resultados alcançados. Deste modo, abaixo são apresentados os principais indicadores, linhas de base e metas do Subprograma AFPCT e seus respectivos eixos. A Nova Matriz Lógica será inserida no sistema GPWeb e, para o melhor acompanhamento entre execução financeira e técnica, foi inserida de maneira idêntica no Sistema Cérebro 2.0. A análise completa de todas as atividades previstas, relacionadas a nova Matriz Lógica, pode ser realizada observando o Anexo 1.

TABELA 1: SÍNTESE DA NOVA MATRIZ LÓGICA DO SUBPROGRAMA AFPCT

Indicador A1

Número de famílias beneficiadas diretamente pelo Subprograma (biomas Amazonia e Cerrado)

Linha base A1

0

Meta A1

14.000

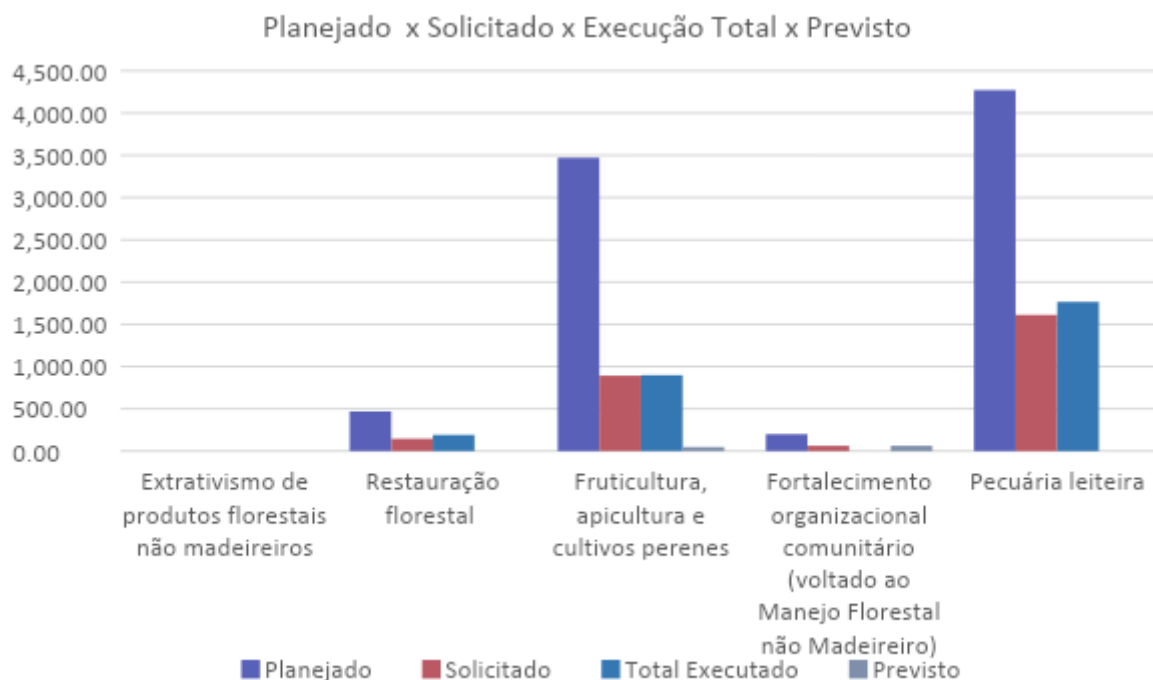
Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

<p>Indicador A2 Número de hectares sob manejo de baixo carbono (cultivos perenes, fruticultura, agrofloresta, pecuária leiteira, e MFNM)</p> <p>Linha base A2 0</p> <p>Meta A2 35.000</p>
<p>Eixo 1 Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros</p>
<p>Resultado 1.1 Cadeias produtivas e de valor de PFNM prioritárias estruturadas, valoradas e implementadas</p>
<p>Eixo 2 Extrativismo de Sementes Florestais</p>
<p>Resultado 2.1 Redes de sementes florestais potencializadas e atendendo demanda do estado do MT</p>
<p>Eixo 3 Fruticultura, Palmito e Apicultura</p>
<p>Resultado 3.1 Cadeias de valor de cultivos perenes, fruticultura e apicultura com tecnologias de baixo carbono implementadas e difundidas</p>
<p>Eixo 4 Desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial da AF e PCT</p>
<p>Resultado 4.1 Associações e cooperativas organizadas e atuantes para agregação de valor e inserção de seus produtos sustentáveis no mercado</p>
<p>Eixo 5 Pecuária Leiteira</p>
<p>Resultado 5.1 Eficiência produtiva da bovinocultura de leite ampliada em bases sustentáveis</p>
<p>Eixo 6 ATER para AF e PCT</p>
<p>Resultado 6.1 ATER no estado com atuação ampliada e aprimorada para difundir tecnologias inovadoras, boas práticas de produção sustentável, beneficiamento e comercialização para AF e PCT</p>

GRÁFICO 4: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR EIXO DO SUBPROGRAMA AFPCT - JUNHO 2020²

² Os valores apresentados referem-se ao volume de recursos previstos no 1º PDI. O 2º PDI encontra-se em processo de inserção no sistema Cérebro 2.0 e seus valores serão disponibilizados nos próximos relatórios.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020



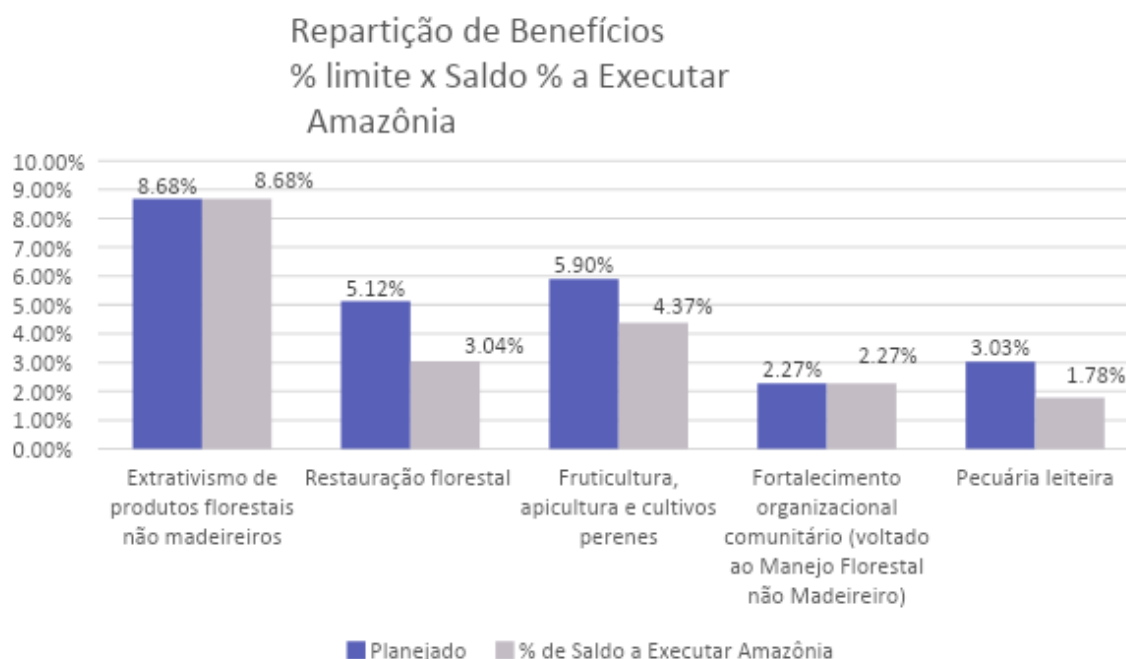
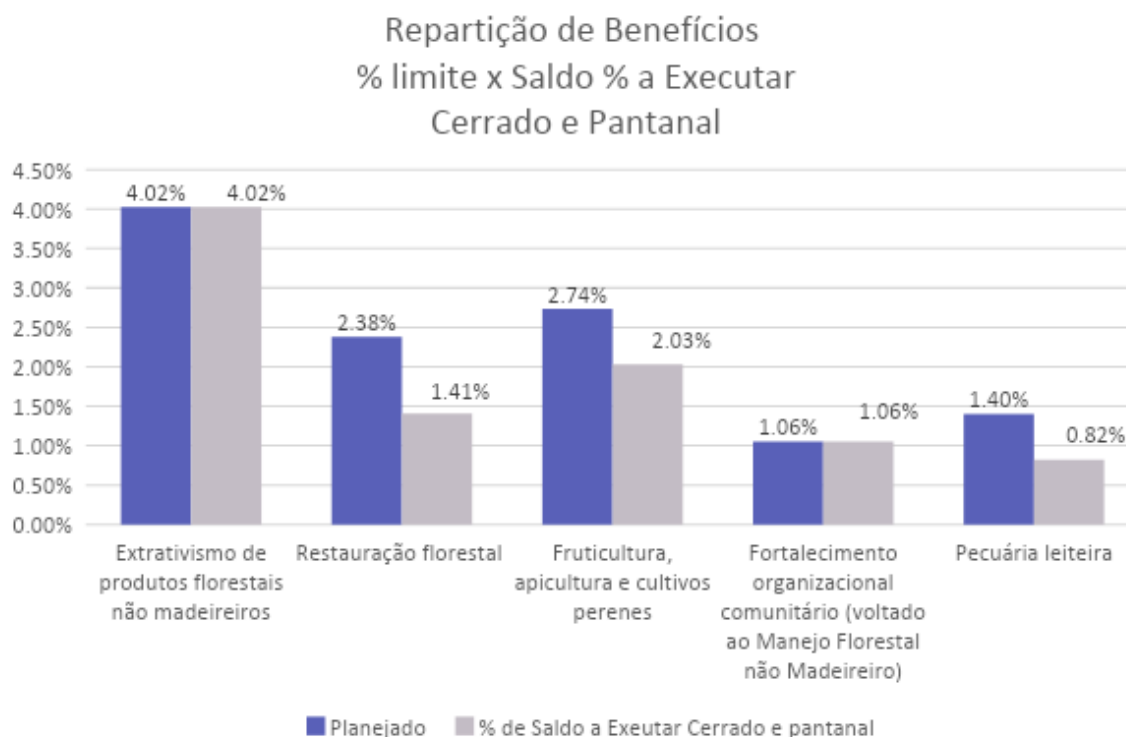
Pode se observar que a maior parte dos recursos foi orientada para os eixos 3 e 5, com a criação do Eixo ATER para AF e PCT o GCP REM MT está trabalhando para a nova proposta de divisão de percentuais da ERB.

Os recursos da Chamada 03.2020 também serão destinados segregando os eixos e biomas previstos e estão previstos tanto no 1º PDI quanto no 2º PDI.

TABELA 2: PERCENTUAIS E LIMITES PREVISTOS NA ERB

Eixo	% Limite da ERB	Saldo % A Executar da ERB
Extrativismo de produtos florestais não madeireiros	12,70%	12,70%
Restauração florestal	7,50%	4,45%
Fruticultura, apicultura e cultivos perenes	8,64%	6,40%
Fortalecimento organizacional comunitário (voltado ao Manejo Florestal não Madeireiro)	3,33%	3,33%
Pecuária leiteira	4,43%	2,60%
Total	36,60%	29,48%

GRÁFICO 5.1 E 5.2: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR BIOMA



Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a coordenação comunicou, como sugestão ao parceiro de ATER pública, o estudo para o aperfeiçoamento da distribuição dos técnicos de extensão rural nas regiões carentes de profissionais. Em meados de abril do mesmo ano, a direção da empresa

considerou o estudo, promovendo-o como componente do plano de estruturação da estatal conforme demanda do governador de Estado.

No mês de fevereiro, foi realizada a primeira Oficina "Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM MT: Construindo Caminhos", a qual teve como objetivo pioneiro de iniciar o processo de inclusão participativa dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) de Mato Grosso no Programa REM MT. Houve participação de 97 representantes de PCTs e instituições envolvidas diretamente com esse público no estado, os quais contribuíram para levantar, caracterizar e validar informações dos povos e comunidades, além de compartilhar, esclarecer e definir canal de comunicação com o programa REM MT.

FIGURA 1: PRIMEIRA OFICINA ESTADUAL COM REPRESENTANTES DE TODOS OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO



Aproveitou-se, também, a Oficina e a presença de várias lideranças de organizações de povos tradicionais e quilombolas do estado, para iniciar a consultoria, contratada pela GOPA, para apoiar a capacitação de lideranças e expoentes comunitários Quilombolas na identificação de prioridades para projetos de seu interesse, alternativas de viabilização de ações por meio de parcerias e organizações aglutinadoras, bem como a formalização de propostas exequíveis conforme modelos definidos no MOP do Programa REM MT, para o exercício das provisões listadas na Estratégia de Repartição de Benefícios (ERB) e das oportunidades geradas pelos Planos de Investimento do Programa (PDIs). Conseguiu-se realizar as primeiras duas atividades previstas: a) Nivelamento de conhecimento técnico sobre o programa REM MT, e sobre a inserção e participação das comunidades quilombolas no âmbito do Subprograma AFPCT; b) Identificação e planejamento de prioridades de investimento no âmbito de Subprograma para o ano de 2020.

Devido à pandemia, ainda não foi possível realizar as outras duas atividades: c) Capacitação para a elaboração de projetos das comunidades quilombolas a serem submetidos aos editais do Programa REM para o biênio 2020-2021; e d) Apoio à elaboração de projetos para submissão à Coordenação Geral do Programa. Está-se avaliando, atualmente, se é possível realizar a capacitação e o apoio à elaboração de projetos de forma virtual, ou, com um número reduzido de participantes, em várias sessões presenciais.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

No mês de fevereiro, o FUNBIO publicou a primeira Chamada de Projetos do Programa REM MT, no âmbito do Subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais (AFPCT), no valor total previsto inicialmente de 10 milhões de reais para instituições e organizações envolvidas diretamente com a agricultura familiar no Estado.

Durante o processo de submissão das propostas, iniciou-se no país a pandemia de COVID 19, sendo o motivo para ampliar o prazo até o mês de maio. Foram submetidos 64 projetos aptos a serem avaliados pelo Comitê Técnico, formado por representantes de instituições federais, estaduais, Consultoria Internacional, GCP REM MT e FUNBIO. O Valor total em propostas recebidas foi de R\$ 84.000.000,00 sendo que há disponível para Chamadas de Projeto o valor aproximado de R\$ 40.000.000,00. Diante do número expressivo de propostas, a coordenação pretende estender o montante de recursos para atender a maior quantidade de projetos deste edital. O processo tem previsão de publicação de resultado final no mês de agosto e contratação em setembro.

Durante os meses de maio e junho, foram entregues 42 veículos alugados e disponibilizadas manutenções simples para mais 17 veículos, além de combustíveis para execução de extensão rural e assistência técnica aos beneficiários do Programa REM MT. Os mecanismos de execução por meio dos cartões Combustível e Manutenção, desenvolvidos pelo FUNBIO, permitiram maior agilidade na execução mantendo ainda a transparência no controle efetivo do recurso.

No mês de junho, iniciou a construção do aplicativo para dispositivos móveis para facilitar a coleta, monitoramento e avaliação dos dados técnicos dos beneficiários do Programa e demais agricultores familiares no Estado. Também, foram disponibilizados os equipamentos de informática para realização dos trabalhos e construção de informações precisas de agricultores familiares atendidos pela ATER pública em Mato Grosso. Está previsto o uso inicial do aplicativo pelos técnicos para o mês de agosto, com todos os beneficiários dos subprogramas AFCPT e Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis.

Entre os meses de março e junho, a coordenação realizou discussões e reuniões com parceiros para finalização dos documentos de Plano de Trabalho, Plano de Investimentos (PDI-2) e o Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) para o subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais.

4.2 Subprograma 2 – Territórios Indígenas

De maneira a melhor compreender a estrutura do Subprograma, a partir dos instrumentos e ferramentas de monitoramento elaborados ao longo do primeiro semestre, sistematizamos os indicadores que serão monitorados para verificação dos resultados alcançados.

Deste modo, abaixo são apresentados os principais indicadores, linhas de base e metas do Subprograma Territórios Indígenas e seus respectivos eixos. A Nova Matriz Lógica será inserida no sistema GPWeb e, para o melhor acompanhamento entre execução financeira e técnica, foi inserida de maneira idêntica no Sistema Cérebro 2.0. A análise completa de todas as atividades previstas relacionadas a nova Matriz Lógica pode ser realizada observando o Anexo 1

TABELA 3: SÍNTESE DA NOVA MATRIZ LÓGICA DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Indicador B1 Número de povos beneficiados pelo REM MT Linha base B1 0 Meta B1 22 povos beneficiados pelo REM MT
Eixo 1 Fortalecimento Institucional
Resultado 1.1 FEPOIMT apoiada e fortalecida
Resultado 1.2 Organizações indígenas capacitadas para elaboração e gestão eficiente de projetos no contexto do REM
Resultado 1.3 Organizações indígenas de base regularizadas
Resultado 1.4 Projetos de fortalecimento da atuação política de organizações de mulheres e jovens indígenas apoiados
Eixo 2 Governança
Resultado 2.1 Protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI) estabelecidos junto às comunidades indígenas
Resultado 2.2 Governança indígena efetiva nas decisões do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM
Resultado 2.3 Intercâmbios entre os povos indígenas realizados

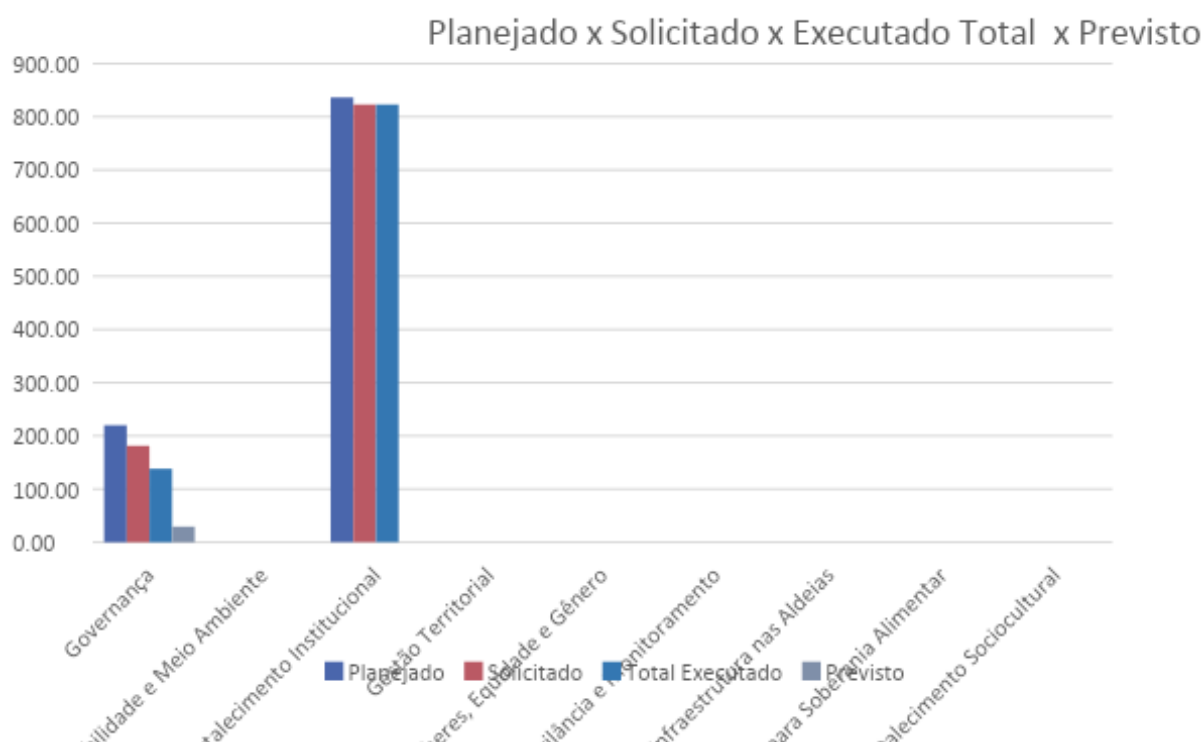
Eixo 3

Projetos dos Povos Indígenas

Resultado 3.1

Projetos indígenas apoiados

GRÁFICO 6: EXECUÇÃO PREVISTA DO 1o PDI DO SUBPROGRAMA TI



O gráfico acima demonstra a execução financeira do Subprograma Territórios Indígenas. Observa-se que a maior parte dos volumes previstos e executados no período compreendem a execução do projeto de apoio a FEPOIMT, que iniciou sua execução no segundo semestre de 2019. Com a chegada da pandemia da COVID 19 o contrato foi aditado por mais 4 meses, com previsão para encerrar em 03 de novembro de 2020.

Ao longo de 2019, podemos destacar as seguintes ações estruturantes do Subprograma:

- Instituição da coordenação do subprograma, com a cessão de uma servidora de carreira do Estado que assumiu as tarefas da coordenação;
- Aprovação da estrutura da Governança do Subprograma Territórios Indígenas pelo Conselho Gestor de REDD+;
- Inclusão de uma representação de organização de mulheres como membro permanente da Governança;
- Realização de 03 reuniões da Governança com deliberação das prioridades do 1º e 2º PDI
- Definição do formato do Comitê Técnico para elaboração de editais

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

- f) Contratação direta do Instituto Centro de Vida – ICV para execução de recursos destinados ao Projeto de Fortalecimento da FEPOIMT, relativo aos recursos do 1º PDI
- g) Apoio à Assembleia Geral da FEPOIMT
- h) Oficina para elaboração de diagnóstico socioeconômico dos povos indígenas, realizada pela GIZ, durante a realização da Assembleia da FEPOIMT.

Os resultados pactuados na revisão do planejamento estratégico e a situação atual, seguem no quadro abaixo:

Eixo	Resultados Esperados	Situação
1. Fortalecimento Institucional	FEPOIMT estruturada e fortalecida	<p>✓ Com a pandemia, a FEPOIMT solicitou reformulação do projeto e, prorrogação do prazo de execução. Ainda em tramitação</p> <p>✓ A Governança deliberou por investir 30% dos recursos do 2º PDI em projeto de fortalecimento da FEPOIMT. A coordenação se reuniu com a FEPOIMT para propor a discussão e assessoria ao novo projeto. Porém, ainda não foi encaminhado pela FEPOIMT.</p>
	Organizações indígenas capacitadas para elaboração e gestão eficiente de projetos no contexto REM	<p>✓ Em reunião da Governança, ficou decidido que a capacitação seria ofertada em caráter continuado ao longo do ano, possibilitando o aprendizado em serviço e a diplomação daqueles que realizarem o curso.</p> <p>✓ Foram realizados contatos com grupos de professores das Universidades Públicas de Mato Grosso para elaboração de proposta e elaborada minuta de cooperação entre o Programa/SEMA e as universidades, porém, não houve tramitação em razão da suspensão das reuniões da Governança pela COVID-19</p>
	Organizações indígenas de base regularizadas	<p>✓ Esta ação foi pensada para ser realizada em conjunto com a capacitação e, também, não foi possível avançar.</p>
	Projetos de fortalecimento da atuação política de organizações de mulheres e jovens indígenas apoiados	<p>✓ Foi elaborada minuta de edital pela coordenação, porém, a impossibilidade de atuação junto aos territórios indígenas impediu avanços.</p>
2. Governança	Protocolos de Consulta realizados junto às	<p>✓ Não houve avanço em razão da pandemia e suspensão das reuniões da</p>

	comunidades indígenas sobre as iniciativas do Programa REM MT	Governança, além de impossibilidade de atuação nos territórios indígenas.
	Governança indígena efetiva nas decisões do Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM	✓ Tem sido garantida a participação e a tomada de decisão dos representantes indígenas nas 03 reuniões de Governança, bem como em muitas reuniões de alinhamento entre Coordenação e FEPOIMT
	Intercâmbios entre os povos indígenas realizados	✓ Foi elaborado minuta de edital, porém, não houve avanço em razão da pandemia e suspensão das reuniões da Governança e, impossibilidade de mobilidade nos territórios indígenas
3. Projetos dos Povos Indígenas	Projetos indígenas apoiados	✓ Foi constituído o Comitê Técnico que se reuniu, discutiu e aprovou edital no final do mês de fevereiro, porém, a pandemia impediu a publicação do edital.

4.2.1 A Pandemia como fator de risco ao Subprograma

A pandemia e o acometimento severo dos povos indígenas de Mato Grosso, inviabilizou o subprograma naquilo que tinha de mais essencial: fazer chegar os recursos à base das organizações indígenas, na forma de projetos, contratados através de editais.

Isolados e enfrentando o adoecimento e a morte em várias aldeias, a manutenção da vida dos indígenas, sob risco iminente, passou a ser a questão mais importante para todos. A coordenação do REM, juntamente com a FEPOIMT e demais atores envolvidos, foram obrigados a repensar a execução do subprograma.

Num primeiro momento, foram solicitados os recursos do Fortalecimento Institucional destinados à Superintendência de Assuntos Indígenas para aquisição de cestas básicas, como forma de ajuda emergencial aos povos indígenas. Tais aquisições contaram com a Não Objeção do KfW e já estão sendo adquiridas e distribuídas.

A coordenação realizou várias reuniões com a FEPOIMT para definir prioridades para a ajuda emergencial, bem como as estratégias de fazer chegar a quem precisa. Foram remanejados R\$ 249.000,00 para aquisição de cestas.

No início do mês de julho, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, a COVID-19 já havia chegado a 114 povos indígenas, 9,4 mil indígenas haviam sido contaminados e 380 haviam morrido.

Segundo a Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT, no início de julho o vírus já atingia 10 povos: Xavante, Kalapalo, Kurâ Kakairi, Bororo-Boe, Umutina, Kamayurá, Apyãwa Tapirapé,

Paresi, Kaiabi e Chiquitano. O Comitê Nacional de Memória Indígena apontava 58 óbitos em razão da COVID-19, e dados dos Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI) indicavam aproximadamente 500 indígenas infectados³.

O povo Xavante tem sido o mais atingido pela doença, com alta taxa de mortalidade, em virtude de comorbidades advindas de mudanças nos hábitos alimentares, favorecendo o aparecimento de doenças crônicas, como a pressão alta e diabetes, dois fatores de risco para a doença. O próprio Presidente da FEPOIMT, Sr. Crisanto Rudzö Tseremey'wá, da etnia Xavante, precisou ser internado em estado grave e perdeu sua mãe durante o seu convalescimento.

O aumento vertiginoso de óbitos entre os indígenas levou à necessidade de mudança de estratégia, no uso dos recursos do subprograma, uma vez que não parecia fazer sentido manter os recursos até o fim da pandemia, enquanto os indígenas padecem, sendo dizimados pela doença. O foco principal da FEPOIMT passou a ser a realização de campanhas⁴ e articulações para encontrar solução à proteção às vidas dos povos indígenas de Mato Grosso.

Desse modo, a coordenação, juntamente com os parceiros envolvidos e a direção da FEPOIMT, passaram a estudar novas estratégias de utilização dos recursos do subprograma, na busca de deter a contaminação e a morte por COVID-19 nas aldeias.

A FEPOIMT, em articulação com organizações nacionais dos povos indígenas, estabeleceu a parceria com um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo, que apresentou uma proposta de organização de ações em saúde para o enfrentamento da COVID-19 nos territórios indígenas. Esse plano que já tem sido adotado em alguns estados brasileiros, consiste em 04 pontos:

- a) Prover medicamentos necessários ao tratamento sintomático da doença (um dos gargalos enfrentados tem sido a falta de medicamentos nas unidades de saúde indígena);
- b) Capacitar e organizar equipes indígenas para prevenção e atenção primária da doença (incluindo testes);
- c) Organizar atendimento emergencial especializado para casos sintomáticos na própria aldeia, antes que agravem para internação em UTI na cidade; e
- d) Garantir espaço para isolamento dos casos na aldeia.

Esta é uma pauta que está sendo discutida pelos parceiros do programa com a FEPOIMT, e qualquer decisão deverá passar pela Governança e pela aprovação dos financiadores.

4.2.2 Desafios do Subprograma Territórios Indígenas

Este subprograma talvez seja o de maior sensibilidade político, pois envolve diferentes atores com protagonismo próprio. Portanto, as tensões originadas por visões, entendimentos e necessidades

³ Fonte:

<https://gazetamt.net/2020/07/21/em-mt-povos-indigenas-sofrem-com-uma-nova-invasao-o-coronavirus-entenda/> Acessado em: 29.07.2020

⁴ Conforme a página da entidade:

<https://www.facebook.com/indigenasMT/photos/a.379472435864577/901074627037686/?type=3&theater> Acessado em: 29.07.2020

individuais e institucionais diferentes, estão sempre presentes e são constantemente mediadas para o bom andamento das ações.

Até a pandemia, o Programa caminhava a passos firmes para que, em 2020, os recursos pudessem, enfim, chegar a seu destino que são os beneficiários finais do subprograma: os povos indígenas, nas aldeias.

Porém, essa realidade foi alterada drasticamente pela pandemia, e, neste novo cenário, os desafios que se colocam são: fazer chegar os recursos para os indígenas nas aldeias e preservar suas vidas. Para isso, enfrentamos ainda o desafio do tempo da burocracia que continua sendo bem mais lenta que as necessidades prementes dos povos indígenas.

Outro desafio importante para o subprograma é dotá-lo de equipe suficiente para conduzi-lo nas dimensões que ele exige: de estratégia política (liderança e autonomia para mobilização dos atores envolvidos), dimensão comunicacional (comunicação específica, adequada e relevante à participação dos povos indígenas) e dimensão operacional (execução financeira, controle e acompanhamento operacional junto ao FUNBIO, na aquisição de bens e serviços).

4.3 Subprograma 3 - Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis

De maneira a melhor compreender a estrutura do Subprograma, a partir dos instrumentos e ferramentas de monitoramento elaborados ao longo do primeiro semestre, sistematizamos os indicadores que serão monitorados para verificação dos resultados alcançados.

Deste modo, abaixo são apresentados os principais indicadores, linhas de base e metas do Subprograma Produção Inovação e Mercado Sustentáveis e seus respectivos eixos. A Nova Matriz Lógica será inserida no sistema GPWeb e, para o melhor acompanhamento entre execução financeira e técnica, foi inserida de maneira idêntica no Sistema Cérebro 2.0. A análise completa de todas as atividades previstas relacionadas a nova Matriz Lógica pode ser realizada observando o Anexo 1

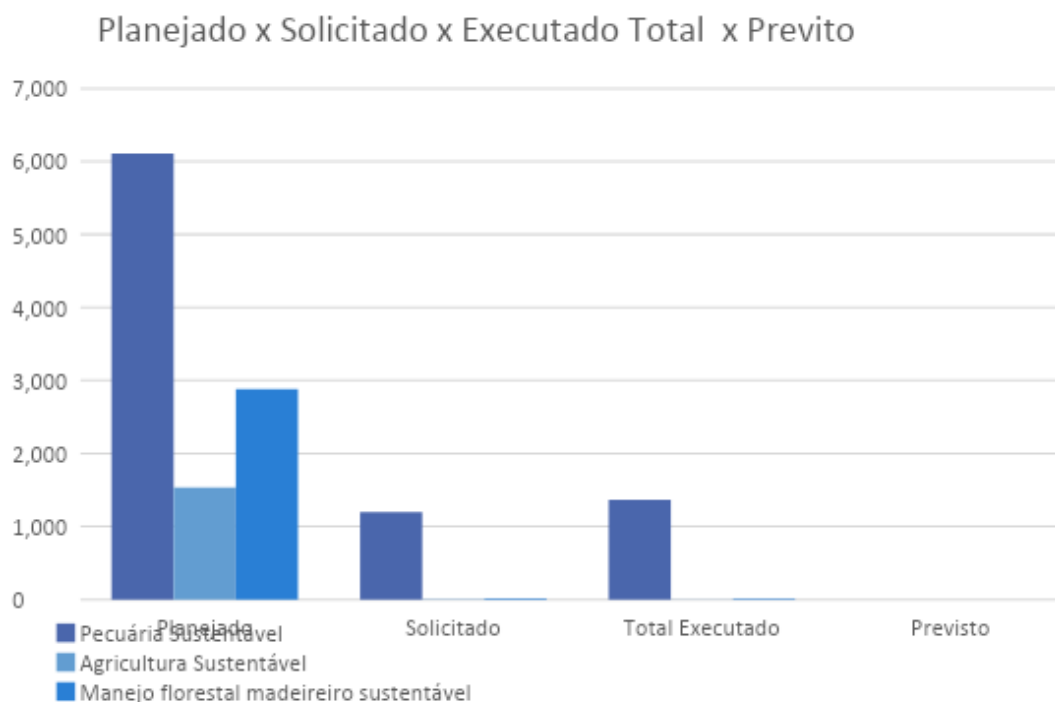
TABELA 4: SÍNTESE DA MATRIZ LÓGICA SUBPROGRAMA PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E MERCADO SUSTENTÁVEIS

Indicador C1 Número de propriedades de até médio porte (até 15 módulos fiscais) beneficiadas pelo Programa Linha Base C1 0 Meta C1 10.500
Indicador C2 Número de hectares sob manejo de baixo carbono (sejam por reflorestamento e recuperação produtiva e recuperação de áreas degradadas) Linha Base C2 0 Meta C2 52.250

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

<p>Indicador C3 Investimentos privados anuais para a produção sustentável de baixo carbono</p> <p>Linha Base C3 R\$ 13,5 milhões (investimento Carrefour/IDH em pecuária em Juruena e Paranatinga)</p> <p>Meta C3 R\$ 200 milhões anuais</p>
<p>Eixo 1 Pecuária Sustentável</p>
<p>Resultado 1.1 Bovinocultura de corte intensificada com adequação ambiental e sem incorporação de novas áreas</p>
<p>Eixo 2 Soja Responsável</p>
<p>Resultado 2.1 Propriedades produtoras de soja preparadas para certificações</p>
<p>Eixo 3 Manejo Florestal Madeireiro Sustentável</p>
<p>Resultado 3.1 Melhores práticas de manejo florestal madeireiro disseminadas e implementadas</p>
<p>Eixo 4 Inovação em Cadeias de Commodities</p>
<p>Resultado 4.1 Tecnologias inovadoras adotadas nas cadeias de commodities que promovam conservação ambiental e rentabilidade econômica</p>
<p>Resultado 4.2 Ferramentas de garantias de commodities desenvolvidas e implementadas e/ou com seu uso ampliado</p>

GRÁFICO 7: GRÁFICO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO 1o PDI DO SUBPROGRAMA PRODUÇÃO, INOVAÇÃO E MERCADO SUSTENTÁVEIS⁵



O Subprograma Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis (PIMS) articula-se em torno das cadeias de commodities mais relevantes para Mato Grosso, sendo elas: a pecuária, soja e a madeira de manejo florestal. E enfrenta o desafio de impactar um setor economicamente muito relevante, mas com grandes desafios na implementação do Código Florestal, em mecanismos de garantia de origem para seus produtos e no atendimento dos critérios de sustentabilidade exigidos pelo mercado, com produtores de tamanhos e com problemas distintos. Diante disso, a estratégia deste Subprograma é que o recurso seja aplicado em algumas regiões e em ações específicas que aumentem tanto a eficiência da produção agropecuária diminuindo a pressão por novos desmatamentos, como a adequação das propriedades rurais às exigências da lei de proteção à vegetação nativa (Código Florestal), ampliando o acesso a mercados, disseminando boas práticas e garantindo melhor transparência nas cadeias.

Recapitulando as ações mais relevantes realizadas em 2019, importante citar o seguinte:

- Reformulação do subprograma com restrição do foco de ATER priorizando a cadeia da carne;
- Destinação de cerca de R\$ 4.6 milhões à chamada de projetos e contratos de apoio;
- Capacitação de técnicos da EMPAER da região noroeste, envolvidos na cadeia da carne;
- Articulações para o crédito financeiro com instituições como Banco do Brasil, Sicredi e Desenvolve MT que demonstraram interesse em atuar junto ao PRONAF;

⁵ Em função das alterações solicitadas continua sendo considerado para o subprograma de Produção Sustentável o valor Planejado de R\$ 10.521.098,77, valor planejado inicialmente.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

- e) Articulação e construção de sinergias para parcerias no financiamento e fortalecimento das ações do subprograma.

Durante o primeiro semestre do ano de 2020, o Subprograma PIMS desenvolveu adequações relacionadas às reestruturações realizadas em 2019. Estas serão descritas posteriormente para cadeia de commodity: pecuária, soja e madeira. Outrossim, neste período, destaca-se a publicação em 15 de maio de 2020 da Chamada de Projetos 08/2020 foram enviadas 32 propostas até 17 de julho, data limite de envio. A estratégia desta Chamada, precipuamente, concentrou-se nas cadeias da pecuária e soja, utilizando recursos do primeiro e segundo PDI, sendo também detalhada por cadeia, de acordo com as sessões abaixo:

4.3.1 Cadeia da Pecuária Sustentável

a) Ações com a EMPAER

A tabela 1 mostra as principais ações ocorridas no primeiro semestre de 2020. Não foram detalhadas as reuniões estabelecidas, a fim de alinhar a execução de tais atividades, entre a Coordenação do Subprograma PIMS e a EMPAER.

Tabela 1. Principais ações com EMPAER (1º semestre de 2020)

Data	Ação	Objetivo	Observações
27 a 31/01/2020	Visitas aos escritórios locais da EMPAER realizado por Técnico da empresa (participou da capacitação sobre o programa REM e subprograma PIMS em 2019)	Aprofundar as ações de ATER no Programa REM nos escritórios locais da EMPAER (Juína, Juruena, Cotriguaçu e Colniza – região de atuação do subprograma PIMS).	
03/02 a 12/03/2020 (planejamento)	Reuniões de mobilização nos municípios de Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena	Sensibilizar as autoridades e lideranças locais dos municípios de abrangência quanto à relevância do Programa para a região. Estimava-se, em alguns municípios, até 100 participantes.	As reuniões foram planejadas para ocorrerem em 27/03 a 24/04/2020, mas devido à pandemia causada pelo Covid-19, houve o cancelamento de todas as reuniões.
20/05/2020	Entrega de 16 veículos (8 caminhonetes e 8 utilitários) para EMPAER	Os veículos serão utilizados nas atividades de ATER na região noroeste de MT	

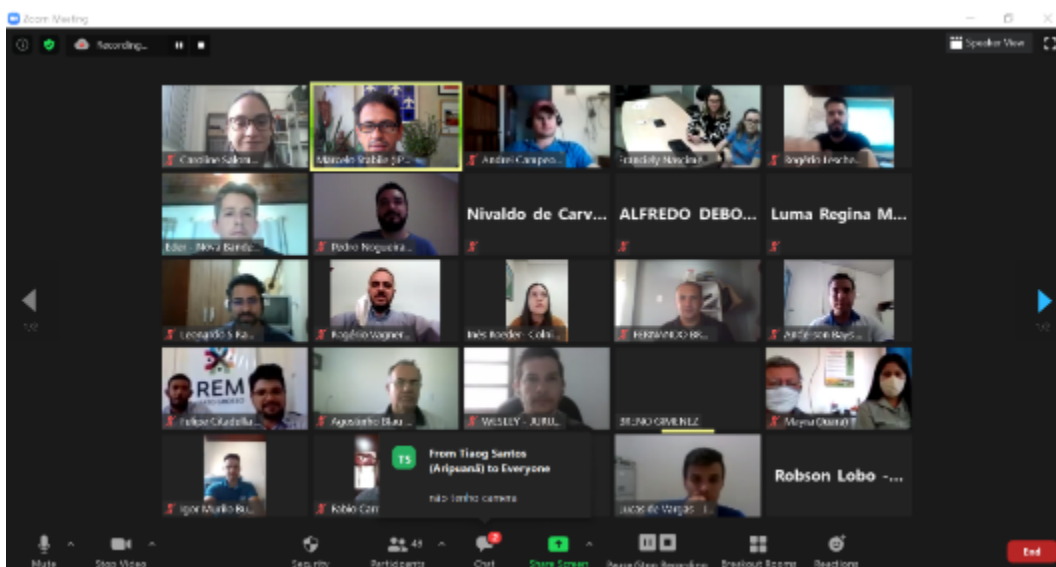
Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

03/03 a 25/06/2020	Estabelecimento de parceria entre o Subprograma PIMS, IPAM e EMPAER para elaboração de projeto para capacitação sobre regularização ambiental para técnicos da EMPAER	Estruturar e estabelecer estratégias para a capacitação	Devido à pandemia causada pelo covid-19, a capacitação foi reestruturada para ser oferecida de forma remota.
23/06/2020	Treinamento online dos pontos focais da EMPAER no Programa Cérebro	Conhecimento sobre visualização geral do sistema (arquitetura, layout, funcionalidades, POA e monitoramento), fluxos de aprovação e uso do sistema	
20/07 a 30/07/2020	Capacitação online sobre regularização ambiental para técnicos da EMPAER ⁶ (Figura 1)	Atualizar e fornecer informações sobre adequação ambiental a 35 técnicos da EMPAER que atuarão na região noroeste (cadeia da pecuária)	Capacitação foi realizada por pesquisadores do IPAM e servidores da SEMA

FIGURA 2: PARTICIPANTES DA CAPACITAÇÃO ONLINE SOBRE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL PARA TÉCNICOS DA EMPAER

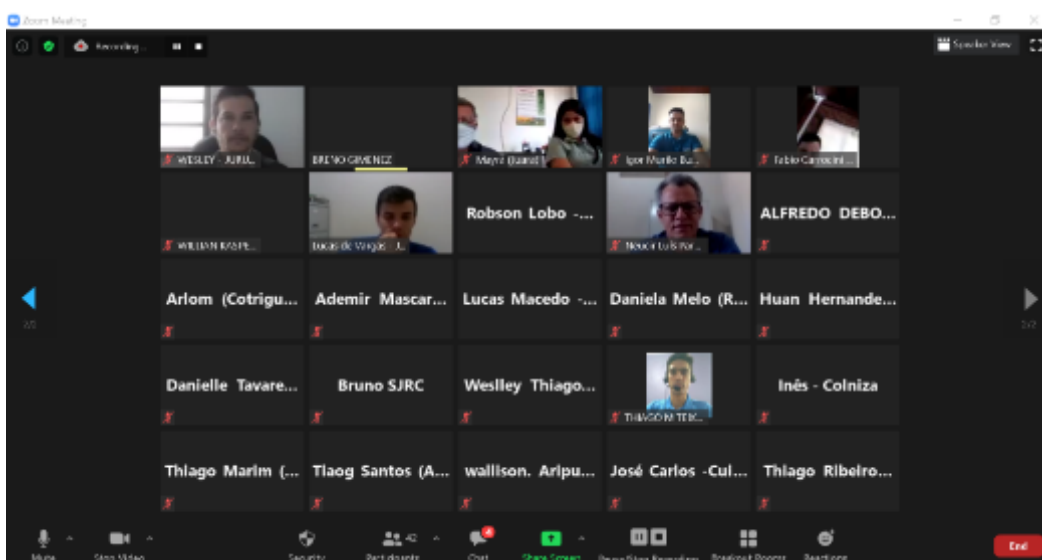
⁶ Conteúdo ministrado: Histórico da Legislação Ambiental que resultou na Lei de Proteção da Vegetação Nativa; Lei Federal Nº 12.651/2012; principais conceitos no âmbito do Código Florestal com foco em pequenos imóveis rurais (áreas de Preservação Permanente; Reserva Legal; Compensação de Reserva Legal; Área de Uso Consolidada; Área de Uso Restrito; Zoneamento Ecológico e Econômico); Sobre MT: Lei 592; Decreto 1031 e Decreto 1491. Introdução ao processo de CAR em MT (SIMLAM, SICAR, SIMCAR); Elaboração de CAR; Retificação de CAR; Elaboração de Autorização Provisória de Funcionamento (APF); Análise de CAR durante a capacitação; Debate sobre os conceitos: uso consolidado e hidrografia; Regulamentação estadual; Elaboração da APF; discussão sobre áreas embargadas e desembargo; PRA no estado de Mato Grosso (legislação estadual); Técnicas de recomposição da vegetação nativa (regeneração natural, muvuca/semearura direta, mudas e sistemas agroflorestais); módulo compartilhado IPAM e SEMA de respostas às perguntas enviadas pelos técnicos; Sistemas de produção sustentáveis (custos e retornos econômicos); Sistemas Agroflorestais (SAF) e restauro produtivo; Pecuária sustentável (rotação de pastagens, manejo do capim); ILPF; Proteção e conservação da água e solo (demonstrar as boas práticas ambientalmente sustentáveis); o não uso do fogo.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020



Fonte: Marcelo Stabile, IPAM

FIGURA 3: DEMAIS PARTICIPANTES DA CAPACITAÇÃO ONLINE SOBRE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL PARA TÉCNICOS DA EMPAER



Fonte: Marcelo Stabile, IPAM

b) Ações com o IMAC

O Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC) passou por mudanças em sua presidência e, consequentemente, neste período, não foi possível o Subprojeto avançar com as alterações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades no Subprograma. No entanto, a partir do mês de junho de 2020, conseguimos nos reunir com o novo presidente e ponto focal. Dessa forma, foi possível retomar as discussões e reestruturar as ações do IMAC no Subprograma, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de instrumentos capazes de garantir maior transparência para as cadeias de commodities do Estado. O Subprograma pretende atuar com o IMAC e Ministério Público Federal (MPF), para garantir o monitoramento de pecuaristas embargados por desmatamento e impedidos de comercializar sua produção para que possam ser reinseridos na cadeia da carne. Para tal, o IMAC irá apresentar o projeto elaborado junto ao MPF em agosto de 2020.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

c) Chamada de Projetos – Pecuária Sustentável

No eixo da pecuária sustentável, a Chamada de Projetos 08/2020, conta com R\$ 3.000.000,00, oriundos do primeiro e segundo PDI. Em aproximadamente 2 meses foram enviados 12 projetos na área da pecuária sustentável, de um total de 32 projetos. Os próximos passos estão descritos abaixo:

Tabela 2. Cronograma para a Chamada de Projetos 08/2020

Datas	Etapas
24/07/2020	Reunião Funbio e Coordenação REM MT e Subprograma PIMS
05/08/2020	Reunião Comitê Técnico e FUNBIO
29/07 a 18/08/2020	Análise de propostas pelo FUNBIO (Primeiro lote: 16 propostas)
12/08 a 01/09/2020	Análise de propostas pelo FUNBIO (Segundo lote: 16 propostas)
19/08 a 22/09/2020	Análise de propostas pelo Comitê Técnico (Primeiro lote: 16 propostas)
26/08/2020	Reunião Comitê Técnico e FUNBIO
A definir	Análise de propostas pelo Comitê Técnico (Segundo lote: 16 propostas)

d) Recursos utilizados no primeiro semestre de 2020 no eixo pecuária sustentável:

Tabela 3. Recursos utilizados no 1º semestre de 2020 – pecuária sustentável

Insumos	Valor (R\$)
Diárias	900,00
Mobilização (convites)	1.552,00
Veículos (complemento do aluguel e adesivos)	8.995,00
Cartão combustível ⁷	293.818,00
Chamada de Projetos ⁸	3.000.000,00
TOTAL	3.305.265,00

4.3.2 Cadeia da Soja

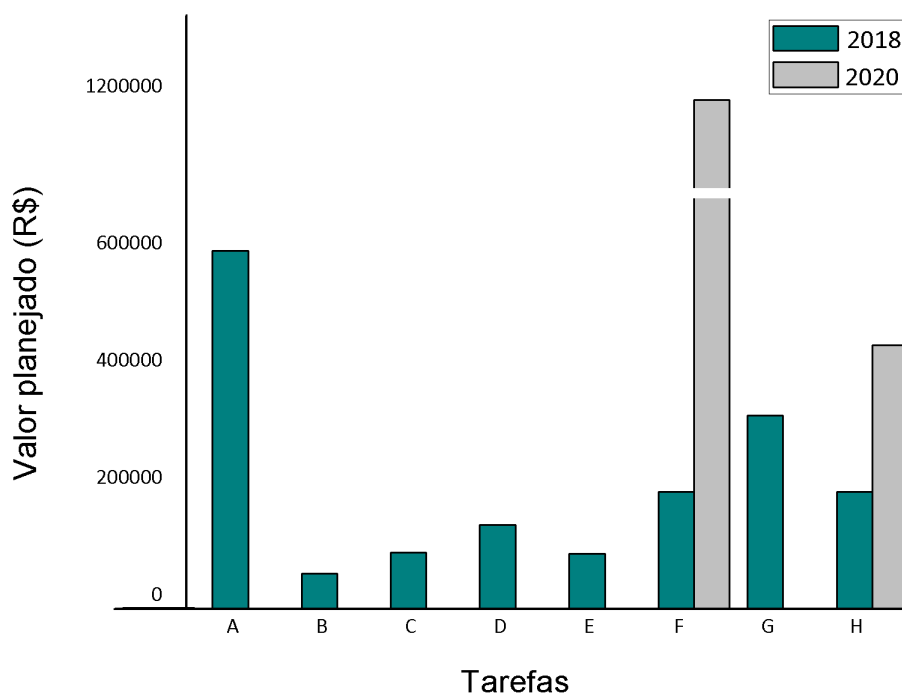
No eixo da soja responsável, a Chamada de Projetos 08/2020 conta com R\$ 3.000.000,00, oriundos do primeiro (R\$ 1.200.000,00) e segundo PDI (R\$ 1.800.000,00). Em aproximadamente 2 meses foram enviados 7 projetos na área, de um total de 32 projetos. As próximas ações são as mesmas descritas na tabela 2 (item 3.2.1).

⁷ Planejamento de combustível para as etapas de mobilização e sensibilização das comunidades, seleção das propriedades, realização de diagnóstico produtivo e visitas de ATER

⁸ Os recursos utilizados são do primeiro PDI, com exceção da chamada de projetos, onde: 1.500.000,00 são do primeiros PDI e 1.500.000,00 são oriundos do segundo PDI.

O eixo da soja responsável foi totalmente reconfigurado e todas as suas ações inseridas na chamada de projetos 08/2020. Abaixo pode-se observar a modificação na utilização de recursos, feita no primeiro PDI (Figura 2).

GRÁFICO 8: REESTRUTURAÇÃO DO PRIMEIRO PDI NO EIXO SOJA RESPONSÁVEL. ONDE: A. ATER; B. CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS; C. ADEQUAÇÃO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR); D. SEMINÁRIOS E WORKSHOPS; E. REDE DE SEMENTES; F. EDITAIS; G. APOIO A CERTIFICAÇÃO E H. DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS (INOVAÇÃO)



A chamada de projeto 08/2020 contempla as atividades que anteriormente estavam estabelecidas para serem trabalhadas por meio de parceiros diretos (Figura 2). Assim, a chamada abrange a assistência técnica aos produtores para implementação dos critérios de certificação para soja responsável; apoio aos beneficiários na resolução de pendências documentais do Sistema Estadual de Cadastro Ambiental Rural (CAR); assistência para a restauração de passivos ambientais em relação à legislação (podendo incluir aquisição de sementes florestais); estabelecimento de parceria com a ATER pública; criação de Unidades de Referência para soja responsável; atividades de disseminação de conhecimento e boas práticas (dia de campo, oficinas, seminário etc.) e apoio à gestão territorial nos municípios alvo do projeto.

4.3.3 Chamada de Projetos - Inovação (pecuária sustentável e soja responsável)

Para ampliar a utilização de tecnologias inovadoras que conciliem conservação ambiental e rentabilidade econômica nas cadeias de commodities (pecuária e soja), a Chamada de Projetos 08/2020 incluiu o tema Inovação. Este possui R\$ 2.500.000,00, oriundos do primeiro (R\$ 1.100.000,00) e segundo PDI (R\$ 1.400.000,00). Em aproximadamente 2 meses foram enviados 13 projetos na área, de um total de 32 projetos.

4.3.4 Cadeia do Manejo Florestal Madeireiro

O eixo de Manejo Florestal teve suas ações estratégicas definidas no Webinar realizado em 20 de maio do corrente ano, apoiado pelo IDH, CIPEM, SEMA e SEDEC. Dessa maneira, definiu-se que o Subprograma irá apoiar a SEMA na melhoria dos sistemas que garantem a cadeia de custódia, assim como a auditoria do sistema e a capacitação do setor. Deste modo, o subprograma definiu níveis de prioridade de acordo com as ações estabelecidas, conforme tabela abaixo, visto que o total de recursos para tais atividades é de R\$ 2.869.019,00 (primeiro PDI). A SEMA está providenciando o Termo de Referência para a prioridade 1:

Tabela 4. Ações de acordo com a prioridade para o eixo do manejo florestal madeireiro

Prioridade 1	Contratação de serviço em TI para adequar SISFLORA 2.0 às mudanças na legislação
	Contratação de serviços em TI para desenvolver módulo offline
Prioridade 2	Contratar consultoria para especificação das regras de auditoria e garantia de alinhamento com organismos de regulação e law enforcement dos países importadores
	Contratar consultoria para preparação da certificação do estado do Mato Grosso com base no framework do ITTO
	Contratar consultoria para estruturação do fórum de discussão e grupo de trabalho para desenvolver a reputação do SISFLORA
	Registrar, geoespacializar e sistematizar resultados alcançados (atualização de dado de manejo e desmate)
	Contratar consultoria para definição das competências base para o manejo de um Plano de Manejo Florestal Sustentável
	Capacitação
	Contratar consultoria para definição das regras e procedimentos para a inclusão de Produtores Premium na marca “Risk-free timber for Export”
Prioridade 3	Contratação de auditoria
Prioridade 4	Contratar serviços de comunicação de gerência de marca (apoio ao mercado)
	Contratar consultoria de auditoria interna aos produtores premium e serviços de TI para criar plataforma de transparência para acesso ao mercado dos produtores Premium e da marca “Risk-free timber for Export”
	Contratar serviços de comunicação de gerência de marca (fortalecimento do manejo)
	Estabelecer uma entidade independente para gerenciamento da plataforma e apoio na primeira exportação, com apoio de consultoria

4.4 Subprograma 4 - Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes

De maneira a melhor compreender a estrutura do Subprograma, a partir dos instrumentos e ferramentas de monitoramento elaborados ao longo do primeiro semestre, sistematizamos os indicadores que serão monitorados para verificação dos resultados alcançados.

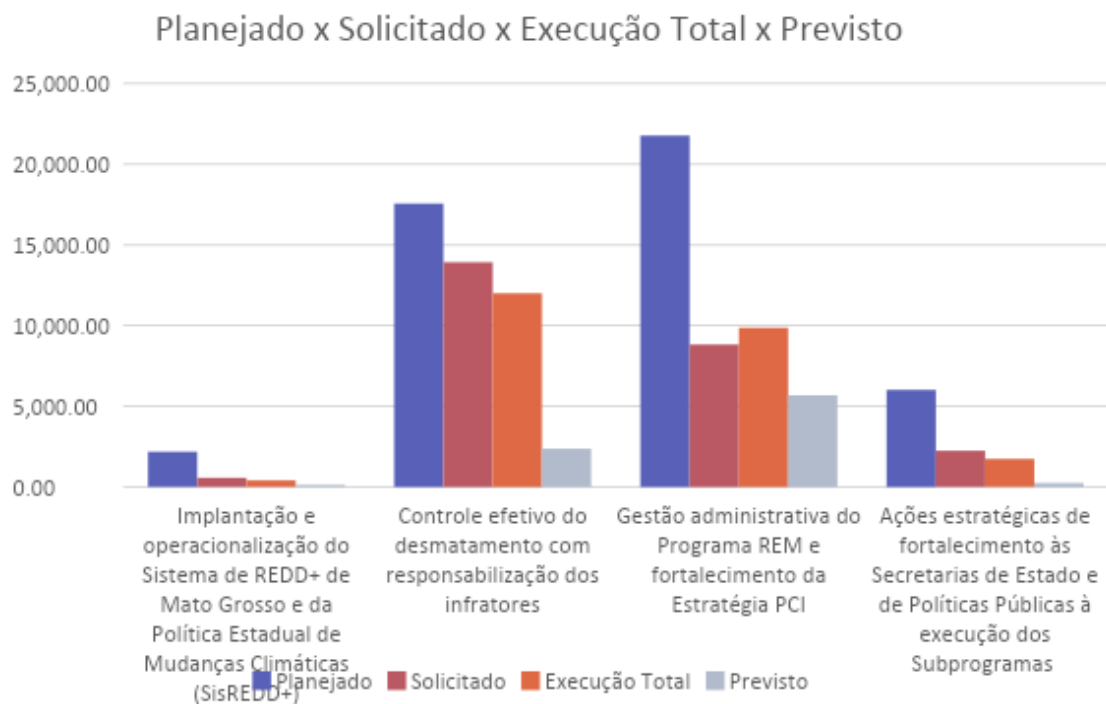
Deste modo, abaixo são apresentados os principais indicadores, linhas de base e metas do Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes e seus respectivos eixos. A Nova Matriz Lógica será inserida no sistema GPWeb e, para o melhor acompanhamento entre execução financeira e técnica, foi inserida de maneira idêntica no Sistema Cérebro 2.0. A análise completa de todas as atividades previstas relacionadas a nova Matriz Lógica pode ser realizada observando o Anexo 1

TABELA 5: SÍNTESE DA MATRIZ LÓGICA DO SUBPROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES

Indicador D1 Número de instrumentos do sistema subnacional de REDD+ integrados com o sistema nacional Linha Base D1 0 Meta D1 2 (registro de carbono, salvaguardas)
Indicador D2 Número de hectares de desmatamento evitado através de ações de comando e controle do Estado Linha Base D2 5.000 ha/ano Meta D2 10.000 ha/ano ou 30.000ha até 2021
Eixo 1 Sistema Estadual de REDD+ da Política Estadual de Mudanças Climáticas do estado do Mato Grosso
Resultado 1.1 Sistema Estadual de REDD+ implementado com salvaguardas observadas e respeitadas
Eixo 2 Monitoramento e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais
Resultado 2.1 Redução do desmatamento e queimadas com responsabilização dos Infratores
Eixo 3 Macro-estratégia para o desenvolvimento sustentável em MT
Resultado 3.1 Gestão Integrada do Programa REM MT e PCI atuante e eficiente

Eixo 4 Políticas Públicas Estruturantes do Programa REM
Resultado 4.1 Aperfeiçoamento e modernização das instituições e implementação de Políticas Públicas Integradas
Eixo 5 Gestão Financeira e Apoio à Implementação do Programa
Resultado 5.1 Gestão Financeira do Programa REM implantada
Resultado 5.2 Apoio à Implementação do Programa realizado

GRÁFICO 9: EXECUÇÃO FINANCEIRA DO SUBPROGRAMA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES



O Subprograma Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas Estruturantes, tem efetuado um trabalho importante na consolidação dos meios necessários para viabilizar os resultados pretendidos pelo Programa REM MT. Nesse sentido, é importante frisar o desenvolvimento das seguintes ações, no período de referência deste relatório:

4.4.1 Fortalecimento da comunicação

- Construção do site REM/MT, em processo de homologação e, acessível pelo endereço: www.remmt.com.br

- b) Contratação pela GOPA da empresa Sapopema para construção do Plano de Comunicação do Programa, a ser entregue no mês de julho
- c) Contratação de empresa para desenvolvimento de sistema de administrativo eletrônico, visando a dispensa total de papel nos processos administrativos do programa; em processo de contratação
- d) Contratação de empresa para armazenamento de imagens do Sistema Planet; em processo de escolha da empresa vencedora.

4.4.2 Fortalecimento da Fiscalização

Uma das ações mais importantes do Fortalecimento Institucional é o investimento nas estruturas do estado, para que possa cumprir essa que é tarefa exclusiva do poder público e que, muitas vezes, era inviabilizada por ausência de recursos e investimentos no setor de fiscalização. Desse modo, os recursos disponibilizados pelo REM permitiram:

- a) Melhorar a qualidade e a tempestividade das informações sobre desmatamento e queimadas, através da contratação do Sistema Planet
- b) Deslocamento de equipes de fiscalização, através do pagamento de diárias e disponibilização de veículos e combustível;
- c) Melhorar os métodos de fiscalização, utilizando de recursos tecnológicos para atuação remota ou tendo melhores condições de averiguação *in loco*, a partir dos alertas de desmatamento dados pelo Sistema Planet.

Além disso, o serviço de remoção de maquinários apreendidos merece destaque, considerando que a retirada dos tratores do local, além de promover a descapitalização imediata do proprietário, desestimulando o mesmo a realizar serviço em áreas não autorizadas, dificulta sobremaneira a continuidade do dano ambiental, evitando assim que a floresta seja destruída.

O Programa REM MT deu continuidade ao fortalecimento institucional, iniciado pelo Programa Fundo Amazônia, sendo que, atualmente, 100% dos equipamentos, veículos e quase a totalidade de recursos utilizados pela fiscalização são provenientes de programas com recursos oriundos de investimento internacional. E, principalmente, no atual momento de aumento das taxas de desmatamento e prioridade econômica do governo, no combate à pandemia, a continuidade do recebimento de recursos internacionais se torna imprescindível para o enfrentamento do desmatamento ilegal, e consecutivamente reduzir os índices de destruição ambiental, além de potencializar os esforços para manter a floresta em pé.

5. Resultados e impactos alcançados

O monitoramento dos resultados e impactos alcançados pelo Programa REM bem como seu modelo de acompanhamento serão realizados a partir da definição e capacitação da equipe no método de *Monitoring, Evaluation and Learning Plan* (MEL) (Anexo 3) em oficina a ser realizada no segundo semestre de 2020.

5.1 Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+

A Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ executa ações diretamente ligadas ao Programa REM-MT e também executa Projetos que se relacionam com o Programa de forma complementar, cujos resultados gerados irão subsidiar ações futuras planejadas no âmbito do REM-MT e que contribuirão sobremaneira para a consolidação da Política Estadual de Mudanças Climáticas e para o Fortalecimento do Sistema Estadual de REDD+. Nesse sentido, se destacam as seguintes:

5.2 Contabilidade do Carbono Florestal

No âmbito do Sistema Estadual de REDD+, a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+ (CMCR) tem a responsabilidade de administrar o uso das unidades de Redução de Emissões (RE) conferidas ao Estado. Desta forma, todo o procedimento de preparação e comprovação dos requerimentos para o Pagamento por Resultados, em referência ao limite de captação estabelecido ao Estado pela CONAREDD+, foram tarefas absorvidas e internalizadas pela CMCR, em função das demandas geradas pelo Programa REM-MT. Importante salientar que este efetivo aprendizado permitiu que o processo de preparação dos desembolsos do Programa REM-MT transcorresse de maneira célere e desembaraçada junto ao MMA e KFW. Como exemplo, são apresentadas abaixo as reduções alocadas para o segundo desembolso do Programa, no valor de U\$ 21,400,000.00. Assim, para tanto, foram alocadas 4.280.000 tCO₂e para serem remuneradas e outras 4.280.000 tCO₂e de reduções a serem registradas como contribuição de Mato Grosso para a gestão de riscos (fugas, incertezas de medição, não-permanência), totalizando 8.560.000 tCO₂e.

5.3 Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC)

No período de julho de 2019 a julho de 2020, trabalhou-se, com apoio do Projeto Valorizando as Florestas de Mato Grosso, a capacitação e atualização de conhecimento de seus membros em relações a temas importantes, tais como:

29 de julho 2019 – Segunda Capacitação da Iniciativa da Floresta / Projeto GCF (Imaflora e Solidaridad) Por que monitorar o carbono na agricultura familiar; Como monitorar as emissões de CO₂ na agricultura familiar; Iniciativas de medição; Das palavras à ação

28-30 de agosto de 2019 – Apresentação do Projeto Trajetórias de Descarbonização

18 e 19 de fevereiro de 2020 – 1ª Reunião Ordinária de 2020 e Workshop para Validação da Linha de Base do Projeto Trajetórias de Descarbonização

Cabe informar que tinha mais três capacitações previstas, no primeiro semestre de 2020, porém, em função da COVID-19, estas serão realizadas de forma virtual no segundo semestre.

5.4 Conselho Gestor de REDD+

No âmbito do Conselho Gestor de REDD+, as reuniões tiveram como principais pautas e deliberações:

24 de Setembro 2019 – 1. Aprovação da Estrutura de Governança do Subprograma Territórios Indígenas (2ª parte); 2. Apresentação do novo sistema de monitoramento por imagens de satélite contratado pela SEMA

26 de Novembro 2019 - 1. Apreciação e aprovação do Segundo Plano de Investimentos (PDI) do Programa REM-MT; 2. Apresentação da Estratégia de Execução Chamada 03/2020 para o Subprograma da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais do Programa REM-MT; 3. Aprovação da Estrutura de Governança do Programa REM

5.5 Programa REM-MT

Encontra-se em fase de seleção, junto ao FUNBIO a contratação de serviços de consultoria para elaborar o conjunto de medidas legais visando a regulamentação das Leis Estaduais nº. 9.878/2013, que institui o Sistema Estadual de REDD+, e nº. 582/2017, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, com a participação do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e da Subprocuradoria Geral de Meio Ambiente (SUBPGMA). O objetivo específico é a elaboração dos atos normativos (decretos, resoluções, portarias, etc.) necessários para a consolidação do arcabouço legal, visando a regulamentação de todos os artigos das referidas leis que requeiram regulamentação, com as devidas justificativas técnicas.

Em relação ao serviço solicitado, cabe justificar que a Lei Estadual nº 7898/2013 que criou o Sistema Estadual de REDD+ tem por objetivo promover a redução progressiva, consistente e sustentada das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de desmatamento e degradação florestal, bem como a conservação, o manejo florestal sustentável e a manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal. Tal Lei Estadual, organizada em 45 artigos, prevê, entre outros, requerimentos, diretrizes e salvaguardas para implantação de Programas de REDD+ no Estado. Assim, visando assegurar a abrangência e a efetividade da Política Estadual de Mudanças Climáticas, em consonância com a Política Estadual de REDD+ e no âmbito do Programa REM-MT, faz-se necessário regulamentar as referidas leis, com a participação do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e com o apoio de consultoria especializada. A regulamentação das Leis, por meio da elaboração e publicação dos devidos decretos e resoluções, proporcionará ao Estado ter um arcabouço jurídico consolidado, que respaldará, de maneira confiável, a adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças do clima em Mato Grosso.

Também está em processo de seleção pela GOPA, a contratação de Consultoria especializada para apoiar a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+/SEMA, na construção participativa de uma estratégia de monitoramento e relato de cumprimento de salvaguardas socioambientais de REDD+, bem como, capacitar uma equipe de multiplicadores envolvidos no Programa REM MT. E assim, assegurar, por meio do monitoramento e relato do cumprimento de salvaguardas, que as ações implementadas por meio do Programa REM-MT atendam às salvaguardas de Cancun, bem como aos princípios estabelecidos no artigo 3º da Lei n. 9.878/2013, que cria o Sistema Estadual de REDD+ do estado de Mato Grosso. Os Objetivos Específicos são:

- Identificar o estágio de conhecimento dos técnicos e beneficiários do Programa REM sobre salvaguardas de REDD+, de forma a integrar ações visando um melhor nivelamento de informações e sensibilização sobre as salvaguardas de REDD+;
- Assegurar que o monitoramento e relato de cumprimento de salvaguardas no contexto do programa REM-MT esteja em sintonia com as estratégias e processos de construção do sistema nacional de informação de salvaguardas, por meio da análise e compatibilização de outras experiências de salvaguardas de REDD+ relevantes (Fundo Amazônia, REM Acre, entre outras) com o que vem sendo construído em Mato Grosso;
- Elaborar e validar a estratégia de monitoramento e relato de cumprimento de salvaguardas, identificando indicadores e meios de verificação, atores e orientações para avaliar o cumprimento de salvaguardas de Cancun no contexto dos Subprogramas do Programa REM;
- Capacitar os técnicos e atores envolvidos na gestão do Programa REM para o monitoramento e relato de cumprimento das salvaguardas socioambientais;
- Elaborar o 1º Sumário de Informações de Salvaguardas do Programa REM-MT.

5.6 Avanços / mudanças na implementação da ENREDD+

Com relação à Estratégia Nacional de REDD+, recentemente, a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) instância responsável por coordenar, acompanhar e monitorar a implementação da Estratégia Nacional para REDD+ do Brasil, passou por uma reestruturação, por meio do Decreto Nº 10.144, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019 (Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+), que revoga o Decreto nº 8.576, de 26 de novembro de 2015 da CONAREDD+, trazendo uma nova composição, com redução da participação dos estados e municípios e também de entidades da sociedade civil, que passam a ser representadas pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A nova CONAREDD+ passou a ser composta pelos seguintes órgãos:

- I - Ministério do Meio Ambiente, que a presidirá;
- II - Ministério das Relações Exteriores;
- III - Ministério da Economia;
- IV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- V - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

- VI - um representante de órgãos estaduais de meio ambiente, servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, que será escolhido dentre os indicados pelos Estados, por meio de sorteio; e
- VII - um representante da sociedade civil organizada brasileira, representado pelo Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Neste sentido, após dois anos de paralisação, em 16/07/2020 ocorre a primeira reunião da CONAREDD+ com a nova composição, ocasião em que é apresentado um novo regimento e três minutas de resolução. Em 22/07/2020, ocorre nova reunião, na qual são aprovadas três resoluções (ainda não publicadas) e novo regimento interno. A primeira restabelece o Grupo de Trabalho Técnico sobre Mensuração, Relato e Verificação de resultados de REDD+ (GTT MRV), responsável, entre outras funções, pela verificação das reduções das emissões anuais do Bioma Amazônia, reduções estas utilizadas pelo Programa REM-MT. O GTT MRV passa a ser constituído pelas seguintes instituições;

- I. Ministério do Meio Ambiente;
- II. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- III. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- IV. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- V. Coordenador Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Também foi aprovada uma resolução que reconhece o Mercado Voluntário de Carbono Florestal, porém com muitas limitações e ressalvas como pode-se notar na transcrição abaixo:

Art. 1º Reconhecer o mercado voluntário de carbono florestal e fomentar o seu funcionamento em harmonia com o REDD+ Pagamento por Resultados da UNFCCC da Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas.

§1º O reconhecimento do mercado voluntário não implica, por parte do governo federal, na validação de projetos, de metodologias, do volume de emissões transacionadas ou quaisquer outros pontos dos projetos voluntários.

§2º Os volumes de emissões transacionados no mercado voluntário de carbono florestal não serão incorporados na contabilidade nacional de emissões e remoções de gases de efeito estufa até que haja a sua regulamentação por instrumento específico, no âmbito do Acordo de Paris e ratificado pelo governo brasileiro.

Assim, conforme análise preliminar dos técnicos das Secretarias de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia, os mesmos consideram ser necessário uma ação mais clara sobre a validação dos projetos e controle do volume de reduções a serem transacionados, pois da maneira como o texto foi aprovado ainda gera muita insegurança jurídica para potenciais investidores, tanto públicos como privados, principalmente, no que diz respeito à contabilidade do carbono florestal e o risco potencial de ocorrer dupla contagem. Talvez, este problema possa ser resolvido em regulamentações futuras, em que o Governo Federal, por meio da CONAREDD+ estabeleça claramente, qual volume de reduções verificadas possa ser transacionado no âmbito do mercado de carbono, assim como, qual o volume destinado para cumprir a NDC brasileira.

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

Finalmente, também foi aprovada a resolução que Cria o Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas, com o objetivo geral de assessorar a CONAREDD+ quanto à consideração e respeito às salvaguardas de REDD+.

O Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas é composto pelos seguintes representantes:

- I. um representante do Ministério do Meio Ambiente;
- II. um representante de povos indígenas;
- III. um representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- IV. um representante de povos e comunidades tradicionais;
- V. um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

É necessário salientar que a retomada das atividades do grupo de trabalho sobre Salvaguardas é de fundamental importância para que se possa avançar com segurança na implantação do Sistema de Informação de Salvaguardas de Mato Grosso, visando compatibilizar e integrar procedimentos, metodologias, indicadores, protocolos de consulta e estratégias para reportar salvaguardas junto aos diferentes atores contemplados em Programas de REDD+ no estado.

Finalmente, importante ressaltar que as experiências geradas e lições aprendidas no processo de execução do Programa REM-MT, certamente podem contribuir de forma efetiva para os ajustes, fortalecimento e consolidação da Estratégia Nacional de REDD+.

6. Cronograma físico e de desembolsos

De modo a melhor apresentar a estrutura do planejamento físico e previsão de execução financeira, de acordo com os PDI, foi desenvolvido o Plano de Trabalho (Anexo 2)

TABELA 6: DESEMBOLSOS REALIZADOS

	Data	Valor (Moeda Original)	Taxa de Câmbio	Valor (Moeda nacional)
1º Desembolso KfW	27/12/2018	€ 4.999.815,00	R\$ 4,44	R\$ 22.204.178,42
1º Desembolso BEIS	07/06/2019	€ 9.137.972,52	R\$ 4,37	R\$ 39.896.388,02
Total		€ 14.137.787,52		R\$ 62.100.566,44
2o Desembolso KfW	19/12/2019	€ 7.999.815,00	R\$ 4,51	R\$ 36.095.165,28
2o Desembolso BEIS	16 04 2020	€ 11.181.181,09	R\$ 6,04	R\$ 67.574.822,15
Total		€ 19.180.996,09		R\$ 103.669.987,43
3o Desembolso kfW		€	R\$	R\$
3o Desembolso BEIS		€	R\$	R\$
Total		€	R\$	R\$

Total Geral	€	33.318.783,61	R\$	165.770.553,87
-------------	---	---------------	-----	----------------

7. Temas Transversais ao Programa

7.1 Sistema de Gestão de Riscos sociais e ambientais e Salvaguardas

O Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais (SGRSA), desenvolvido pela GIZ, permite reduzir os riscos de impactos indesejáveis das ações que serão executadas, além de evitar o mau uso dos recursos aportados. Após a elaboração dos Planos de Riscos diretos da Repartição de Benefícios, divididos por Subprogramas, foi necessária uma revisão do SGRSA, levando em consideração a revisão dos fluxos, papéis e responsabilidades, posteriormente, uma revisão das ferramentas para reconhecer os riscos das atividades propostas e os critérios de exclusão e elegibilidade e, finalmente, uma revisão de toda a matriz de riscos. Esses processos foram iniciados a partir de agosto de 2019 e continuados até março de 2020, pelo GT constituído para essa finalidade. Porém, algumas atividades ainda ficaram a ser realizadas para o cumprimento do Plano de Trabalho acordado para o ano de 2019, destacando o refinamento dos critérios de exclusão e elegibilidade, revisão e aplicação da matriz de riscos socioambientais para alguns tipos de financiamentos (pecuária leiteira, comando e controle e pecuária de corte).

Os produtos desenvolvidos e revisados foram incorporados aos documentos da Chamada de Projetos dos Subprogramas e, também, espera-se que os possíveis riscos sejam amplamente identificados e validados por diferentes instâncias da governança do Programa REM MT e, também, que sejam utilizados pelo Comitê Técnico durante a seleção e análise das propostas e quando da aprovação dos projetos. Dessa forma, pretende-se que a operação das atividades financiadas não resulte em impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos ou político-institucionais negativos às populações mais vulneráveis.

Com a contratação da Consultoria de curto prazo, pela GOPA, para a construção da Estratégia de Monitoramento e Relato do Cumprimento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ do Programa REM-MT e socialização aos atores envolvidos, a GIZ irá participar dos processos, contribuindo para que as ferramentas desenvolvidas de SGRSA sejam incorporadas aos produtos a serem desenvolvidos.

7.2 Ouvidoria

A Ouvidoria Setorial do Meio Ambiente é um serviço criado para representar o cidadão usuário de serviços públicos oferecidos pela SEMA, no que se refere à proteção e defesa sempre que o cidadão se sentir prejudicado. Através do sistema “Fale Cidadão”, canal permanente de comunicação entre o usuário de serviços públicos e a SEMA para recebimento de manifestações tais como: reclamação, sugestão, reivindicação, elogios e denúncias, são registradas as demandas. Atualmente o corpo da equipe é constituído por três servidores, sendo dois estagiários e a ouvidora. A média semestral das demandas registradas pelo sistema é de 290 registros. Além de demandas efetuadas por meios de

telefone, e-mail e aplicativo, totalizando uma média de 350 semestralmente. Esses números não são específicos para o REDD+ e envolvem todos os assuntos relacionados aos Setores da SEMA. Espera-se que, no futuro e através do Plano de Comunicação do REM que se encontra em elaboração, as informações da Ouvidoria possam ser apresentadas com maior detalhamento e estruturadas por categorias, permitindo a operacionalização adequada das respostas às reclamações, sugestões etc.

7.3 Aspectos de gênero

O Programa REM tem se preocupado em incorporar questões relacionadas a gênero em suas ações, equilibrando a participação dos beneficiários com justiça, participação social e oportunidades no mercado de trabalho, geração de renda, melhoria na qualidade de vida e fortalecimento e protagonismo, especialmente das mulheres e jovens, que desempenham papéis importantes em suas comunidades ou que podem, potencialmente, ajudá-las. O aspecto de gênero é um dos critérios de exclusão de projetos do financiamento do REM, caso não for considerado adequadamente.

A chamada de projetos do Subprograma A incentiva a equidade de gênero, tornando-se este um dos critérios importantes para a valoração de propostas encaminhadas para análise, aprovação e contratação pelo FUNBIO. Desta forma, todos os temas e linhas de ação temática da chamada de projetos 03/2020 devem demonstrar a capacidade de gerar co-benefícios e fortalecer a participação de mulheres e jovens nos processos decisórios e de execução dos mesmos. Neste sentido, houve uma preocupação em envolver a participação de mulheres e jovens nesta chamada, tornando-se inelegíveis os projetos que excluem ou discriminam jovens entre os beneficiários, que poderiam estar vinculados às suas atividades.

Convém dizer que esta avaliação não é feita apenas sobre a inclusão de equidade de gênero nas propostas apresentadas para a chamada. Está sendo avaliado, também, o histórico de importância que as instituições deram, em atividades já desenvolvidas a esta questão, levando em consideração as estratégias adotadas para a integração de gênero às políticas internas da instituição.

7.4 Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL)

O *Monitoring, Evaluation and Learning Plan* (MEL) é um instrumento que tem como principal finalidade monitorar e avaliar os impactos de mudança da realidade ocorridos com a intervenção do Programa REM MT, bem como, obter as lições aprendidas que contribuam para a implementação do Programa e de outros que venham a ser desenvolvidos.

Inicialmente, a CI elaborou um esboço do documento do Mel, a partir de Oficina realizada junto aos Coordenadores dos Subprogramas do REM MT. Após a contribuição de comentários e sugestões para aprimoramento, especialmente do BEIS, o MEL teve sua adequação e conclusão em julho de 2020.

O documento do MEL (Anexo 3) apresenta uma descrição da abordagem metodológica e fichas de monitoramento com questionários que serão aplicados para o monitoramento de 15 indicadores de impacto para os Subprogramas do REM. Esses indicadores de impacto são a base para o

monitoramento e foram definidos após uma série de reuniões virtuais com a Coordenação, coordenadores dos Subprogramas e técnicos.

O monitoramento da Estratégia da Repartição de Benefícios do Programa REM MT será realizado, a partir de indicadores de impacto, definidos de acordo com os objetivos a serem alcançados em cada Subprograma, e, para tanto, foram elaboradas fichas com questionários para a coleta de dados e registro das informações. Em relação ao Subprograma Territórios Indígenas, o monitoramento envolverá metodologia participativa para a coleta de dados, por meio da aplicação de questionários por monitores indígenas locais, mapeamentos participativos e produtos audiovisuais. Serão monitoradas tanto as atividades das instituições executoras, como, também, as atividades implementadas pelas Subexecutoras e Aglutinadoras.

O monitoramento dos indicadores previstos no MEL abrange, ainda, o monitoramento da dinâmica do desmatamento do estado do MT e o monitoramento do cumprimento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+. Para contribuir com o monitoramento no contexto da redução do desmatamento do Estado, serão utilizadas informações obtidas com as imagens do sistema Planet e fonte de dados secundários. E, em relação ao monitoramento das Salvaguardas, está em processo de contratação pela CI, uma Consultoria de Curto Prazo que irá definir a estratégia de monitoramento e relato do cumprimento das Salvaguardas do Programa REM MT, em sinergia com os produtos elaborados pela GIZ, relacionados à Gestão de Riscos Socioambientais.

8. Prioridades para Próximo Período de Implementação

Diante do consistente avanço do Programa REM MT, no período descrito, serão priorizadas as seguintes atividades e ações resultantes dos esforços envidados:

- i. Finalização das análises das mais de 90 propostas de projetos recebidas no âmbito das duas chamadas lançadas;
- ii. Realizar os desembolsos para os projetos apoiados e inícios de suas atividades,
- iii. Definições de cenários e formas de apoio para o combate à COVID 19 no âmbito do subprograma Territórios Indígenas;
- iv. Finalização da revisão do MOP;
- v. Aplicação da metodologia MEL no monitoramento dos projetos apoiados;
- vi. Consolidação da estruturação da PCI;
- vii. Elaboração do 3º PDI;
- viii. Lançar uma chamada no âmbito do subprograma Territórios Indígenas alinhada as prioridades definidas pela Governança e de modo a contribuir com o cenário pós-pandemia;
- ix. Consolidar pelo menos 20 Unidades de Referência Tecnológica (URT).

Anexos

Anexo 1 – Matriz Lógica;

Anexo 2 – Plano de Trabalho;

Anexo 3 – MEL

Anexo 4 – Informativos do Programa REM MT

Quadro de Contatos

Grupo de Coordenação do REM				
Órgão	Nome	Cargo	Email	Telefone
SEMA	Lígia Nara Vendramin	Coordenadora do Programa REM	ligiavendramin@sema.mt.gov.br	65 98116-9045
SEMA	Fellipe Sant'anna	Coord. de Subprograma Fortalecimento Inst.	fellipesantanna@sema.mt.gov.br	65 99687-1885
SEMA	Maurício Philipp	Coordenador de Mudanças Climáticas	mmphilipp@sema.mt.gov.br	
SEMA	Glaucia Drielly	Estagiária	glauciadrielly65@gmail.com	65 99305-5628
SEMA	Fernanda Fidelis	Estagiária	fernandaffidelis@gmail.com	65 98431-6871
SEMA	Alexandra Silva	Estagiária	xandapereira2010@hotmail.com	65 99647-0907
PCI	Fernando Sampaio	Coord. Adjunto/ Diretor PCI	diretor.pci@gmail.com	65 99911-9301
EMPAER	Marcos Paulo Balbino	Apoio Subprograma Agricultura Familiar	marcospauloab@gmail.com	66 99601-6933
EMPAER	Daniela Melo	Coord. do Subprograma Produção Sustentável	danielamelo@empaer.mt.gov.br	65 99233-5123
SEAF	Leonardo Vivaldine	Coord. de Subprograma Agricultura Familiar	leonardosantos@seaf.mt.gov.br	65 98161-5583

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

SEPLAG	Edna Sampaio	Apoio Subprograma Território Indígena	oiernaluz3@gmail.com	65 99997-0420
Grupo de Trabalho			rem@sema.mt.gov.br	

Gerencia FUNBIO do REM				
Área	Nome	Cargo	Email	Telefone
Gerência	Ilana Nina	Coordenadora	ilana.nina@funbio.org.br	21 2123 2376
Gerência	João Ferraz	Gerente	joao.mello@funbio.org.br	21 2123 5324
Gerência	Dante Novaes	Analista de Projeto	dante.novaes@funbio.org.br	21 2123 5335
Gerência	Mary Teixeira	Analista de Projeto	mary.teixeira@funbio.org.br	
Gerência	Mariana Galvão	Assistente de Projetos	mariana.galvão@funbio.org.br	21 2123 5334
Financeiro	Ana Paula França	Analista Financeiro	ana.lopes@funbio.org.br	21 2123 5316
Financeiro	Felipe Camelo	Assistente Financeiro	felipe.camello@funbio.org.br	21 2123 5396
Assessoria Jurídica	Flávia Neviani	Coordenadora	flavia.neviani@funbio.org.br	21 2123 5354
Aquisições	Fernanda Jacintho	Coordenadora	fernanda.jacintho@funbio.org.br	21 2123 5340
Contratos	Suzana Amora	Coordenadora	suzana.ramos@funbio.org.br	21 2123-5380

Consultoria Internacional				
Área	Nome	Cargo	Email	Telefone
Consultoria Internacional	Bernd Mitlewski	Consultor Líder	bernd.mitlewski@gopa.de	65 99650-1313
Consultoria Internacional	Wladimir Sena	Consultor Nacional de Longo Prazo	wladimir.sena@gopa.de	68 99994-6463

Relatório Anual do Programa REDD Early Movers Mato Grosso
Período Julho de 2019 a junho 2020

Consultoria Internacional	Magaly Medeiros	Consultora Nacional de Longo Prazo	magaly.medeiros@gopa.de	68 99985-2518
---------------------------	-----------------	---------------------------------------	--	---------------